

adf

A F R I C A D E F E N S E F O R U M

COMBATENDO GOLPES DE ESTADO

Exércitos Procuram
Contrariar Uma
Tendência
Preocupante

PLUS

Uma Conversa com o Brigadeiro-General Daniel Kuwali,
Comandante do Colégio de Defesa Nacional do Malawi

VISITE-NOS EM ADF-MAGAZINE.COM

reportagens

8 Por que os Golpes de Estado Militares Regressam para África?
Os Golpes de Estado aumentam depois de anos de relativa calma

14 'Deve Ser Um Estilo de Vida'
O Brigadeiro-General Daniel Kuwali, da Força de Defesa do Malawi, diz que a prevenção de golpes de Estado começa com educação e cultura

20 Uma Doença de Segurança
Os Golpes de Estado multiplicam-se na África Ocidental com a falta de boa governação e o aumento de ataques extremistas

26 Pontos de Decisão
Educação, formação e mentoria podem levar a escolhas éticas

34 Desligamentos de Internet Raramente São Eficazes
A história recente demonstra que os desligamentos e a censura aumentam a ira e a instabilidade

40 Servindo Com Princípios
Mérito, relações civis-militares fortes e falta de corrupção são fundamentais para evitar golpes de Estado

46 Aprofundando uma Cultura de Profissionalismo Militar
Forças armadas educadas e geridas por civis constituem uma presença estabilizadora em qualquer país

50 Ditadores Enfraquecem os Seus Países
Os críticos consideram governos autoritários como "um modelo de governação inerentemente defeituoso e perigoso"

colunas

4 Pontos de Vista

5 Perspectiva Africana

6 África Hoje

32 Batimento Cardíaco Africano

56 Ferramentas da Profissão

58 Força Futura

60 Defesa e Segurança

62 Manutenção da Paz

64 Trabalho em Equipa

66 Retrospectiva

67 Onde Estou?



**A Africa Defense Forum
está disponível online.**

Por favor, visite-nos em
adf-magazine.com



NA CAPA:

Golpes de Estado possuem um efeito desestabilizador em termos de paz e segurança e, muitas vezes, levam à censura.

ILUSTRAÇÃO DA ADF

Depois de duas décadas em que os golpes de Estados foram relativamente raros, esses estão a registar um regresso não desejado.

Em 2021, houve seis golpes de Estado ou tentativas de golpe de Estado documentados no continente. O ano seguinte registou dois golpes de Estado no Burquina Faso e várias outras tentativas.

Os cidadãos temem o regresso a uma era em que o poder era tomado sob ameaça de uma arma, em vez de ser ganho nas urnas.

Cada golpe de Estado possui a sua própria história, mas certos padrões emergiram. A insegurança faz com que o medo e a ira se propaguem entre o público. As instituições democráticas fracassam ou um líder autocrático apegase ao poder. A disciplina e o profissionalismo deterioram-se nas forças armadas.

Quando ocorre um golpe de Estado militar, aqueles que assumem o poder prometem um regresso à estabilidade e prosperidade.

Os eventos que se seguem são igualmente previsíveis. A instabilidade continua, os cidadãos sofrem e a possibilidade de um outro golpe de Estado torna-se mais provável.

À medida que os profissionais de segurança procuram reverter esta tendência, é importante começar por fazer uma introspecção.

Os golpes de Estado são muito menos prováveis quando as instituições mantêm altos padrões de profissionalismo. O ensino profissional militar fornece as bases para a prevenção de golpes de Estado. Um sistema de promoção baseado em mérito garante que os líderes militares mais qualificados cheguem ao topo. A formação em matérias de ética em todas as agências e escalões fornece aos soldados as ferramentas de que precisam para tomar as decisões certas.

Aprender da história também é importante. Quando se ensina aos soldados os valores da Constituição dos seus países e se demonstra a história prejudicial dos golpes de Estados no continente, eles podem ser menos propensos a seguirem esse caminho.

Alguns países estão a investir na educação. O Uganda e o Quênia abriram recentemente colégios ou universidades de defesa nacional. Uma outra foi planificada em Malawi. Estas instituições de ensino superior fornecem o apoio intelectual para a adesão ao Estado de Direito.

A história recente confirma o que há muito foi estabelecido: os golpes de Estado e outras transferências de poder não democráticas são uma calamidade nacional. Eles deixam os países mais pobres, mais isolados e instáveis. É de vital importância que homens e mulheres que servem os seus países o façam rejeitando os golpes de Estado e abraçando a ordem constitucional.

Equipa do Comando Africano dos Estados Unidos

Um soldado bate a continência no Dia das Forças Armadas da Libéria, em Monróvia.

CAPITÃO JOE LEGROS/
GUARDA NACIONAL DO
EXÉRCITO DOS EUA



Combatendo Golpes de Estado

Volume 16, 1º Trimestre

COMANDO AFRICANO
DOS ESTADOS UNIDOS



CONTACTOS:

U.S. AFRICA COMMAND

Attn: J3/Africa Defense Forum
Unit 29951
APO-AE 09751 USA

ADF.Editor@ADF-Magazine.com

HEADQUARTERS U.S. AFRICA COMMAND

Attn: J3/Africa Defense Forum
Geb 3315, Zimmer 53
Plöninger Strasse 289
70567 Stuttgart, Germany

Africa Defense Forum (ADF) é uma revista militar profissional que serve como um fórum internacional para militares e especialistas em segurança em África. As opiniões expressas nesta revista não representam necessariamente as políticas ou pontos de vista deste comando ou de qualquer outra agência governamental dos EUA. Certos artigos são escritos pela equipa da ADF, e os créditos para outros conteúdos são anotados conforme necessário. A secretaria de defesa determinou que a publicação desta revista é necessária para difundir assuntos de natureza pública exigidos por lei ao Departamento de Defesa.



‘Este Pode Ser o Século de África’

Nana Addo Dankwa Akufo-Addo é Presidente do Gana e presidente da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Ele proferiu um discurso em Acra, Gana, no dia 15 de Março de 2022, num evento organizado pelo Departamento da União Africana para Assuntos Políticos, Paz e Segurança. O seu discurso foi editado por razões de espaço e clareza.

GETTY IMAGES



Nana Addo Dankwa Akufo-Addo é Presidente do Gana e presidente da Autoridade dos

Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Ele proferiu um discurso em Acra, Gana, no dia 15 de Março de 2022, num evento organizado pelo Departamento da União Africana para Assuntos Políticos, Paz e Segurança. O seu discurso foi editado por razões de espaço e clareza.

A nossa unidade e a nossa decisão devem enviar uma mensagem clara para os planificadores de golpes de Estado de que os golpes de Estado nunca foram e nunca serão soluções duradouras dos desafios políticos, económicos e de segurança de África. Declarações que condenam o golpe de Estado, por si só, sem acções correspondentes irão, contudo, alcançar pouco ou nada, conforme testemunhámos nos últimos anos. Este problema exige um acordo colectivo, desencorajamento eficaz, acções corajosas e, igualmente importante, medidas preventivas adequadas.

Como actual presidente da Autoridade dos Chefes de Estado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), testemunhei directamente os efeitos devastadores que os golpes de Estado e as tentativas de golpe de Estado tiveram na nossa região. Como alguns de vocês podem saber, a União Africana e outras comunidades económicas regionais, como a CEDEAO, identificaram uma miríade de factores que sustentam as mudanças constitucionais de governo. Entre eles encontram-se, de acordo com o Conselho de Segurança da

União Africana, “deficiências na governação, ambição política, má gestão da diversidade, não aproveitar as oportunidades, marginalização, violações de direitos humanos, indisposição em aceitar derrotas eleitorais, manipulação de Constituições e suas revisões através de meios inconstitucionais para servir interesses pessoais de poucos,” entre outras coisas.

Ainda mais preocupante é o facto de a expressão do descontentamento social por parte dos cidadãos contra estes factores, geralmente através de protestos, muitas vezes, ter sido recebida com uma variedade de graus de repressão, cooptação, violência e maior consolidação do status quo.

O reaparecimento dos golpes de Estado em África e todas as suas formas e manifestações deve ser condenado por todos, uma vez que prejudica gravemente a nossa proposta colectiva de livrarmos o continente do perigo da instabilidade e das mudanças inconstitucionais de governos, conforme actualmente definido pelas estruturas plasmadas na Declaração de Lomé, na Carta Africana da Democracia, Eleições e Governação e outros importantes instrumentos regionais e continentais. As mudanças de regime inconstitucionais retardam o crescimento de um país.

Por mais que os impulsionadores sejam, em termos gerais, domésticos, a dimensão internacional não pode ser desconsiderada. O envolvimento estrangeiro para fomentar mudanças inconstitucionais, muitas vezes, a favor de governos repressivos, interesses económicos estrangeiros e outros benefícios geopolíticos são factores contribuintes.

Algumas entidades estrangeiras consideram os golpes de Estado em países africanos como um meio para reforçar as suas ambições regionais. Sendo assim,



Um soldado do Gana, do 64º regimento de infantaria, prepara-se para disparar uma AK-47, durante os treinos conjuntos, em Bundase, Gana, em Março de 2022

PILOTO SÉNIOR DUNCAN C. BEVAN/FORÇA AÉREA DOS EUA

eles envolvem-se em todos os tipos de campanhas de desinformação, num esforço para desacreditar a autoridade de governos democraticamente eleitos e instigar protestos da oposição contra os governos no poder.

Na implementação de instrumentos e protocolos continentais e regionais existentes, os Estados-membros que não cumprem são condenados e suspensos das actividades de órgãos continentais e regionais e os perpetradores de golpes de Estado, e de forma individual, são sancionados. Contudo, a realidade é que estas sanções não têm sido aplicadas de modo uniforme. Embora sejamos rápidos para sancionar líderes militares de golpes de Estado, os civis que alcançam fins semelhantes, através de manipulação de Constituições para permanecerem no poder, por exemplo, ficam sem ser sancionados embora as suas acções sejam claramente proibidas nos nossos instrumentos legais. Isso significa que as estruturas existentes precisam de ser fortalecidas para captarem tais infracções.

Não temos de voltar muito na história para ver que um período estável de governos constitucionais e gestão inteligente da economia leva à prosperidade. Eu acredito no imenso potencial de África para a grandeza. Acredito que as democracias estáveis em África podem ajudar a despoletar as energias dos povos africanos para inspirar a transformação do continente. Este pode ser o século de África. Podemos tomar posse disso se acreditarmos em nós próprios e nos nossos povos.

Nigéria Deverá Abrir um Centro de TEPT Para o Pessoal do Exército

EQUIPA DA ADF

A luta contra o Boko Haram e outros grupos extremistas foi desgastante em termos mentais para os membros do exército da Nigéria.

A prevalência de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e outros problemas mentais é tão elevada entre as forças armadas daquele país que a Associação de Esposas de Agentes da Defesa e da Polícia (DEPOWA) irá criar um centro de diagnóstico, tratamento e pesquisa de TEPT para servir ao pessoal do exército, em Abuja.

Esperava-se que a primeira fase do projecto fosse entregue em Abril de 2023, de acordo com uma reportagem da Chanel Network Afrique.

Um inquérito envolvendo esposas de militares de todo o país demonstrou que muitos militares têm pesadelos, ansiedade, insónia, ataques de ira, depressão, lembranças e tendências suicidas por causa das suas experiências nas linhas da frente, de acordo com uma reportagem do jornal nigeriano, Vanguard.

“Consequentemente, nós, as esposas dos nossos corajosos soldados, decidimos não ficar sentadas a observar, mas mobilizar intervenções atempadas no sentido de reduzir o impacto de tais traumas sobre o nosso pessoal,” a Presidente da DEPOWA, Vickie Irabor, disse na reportagem do Vanguard.

Irabor é também a esposa do Chefe do Estado-Maior da Defesa da Nigéria, General Lucky Irabor. Ela anunciou planos para a

construção das instalações durante uma conferência de imprensa, em Agosto de 2022.

“Estas experiências que passam sem serem percebidas já levaram a consequências prejudiciais para a nossa comunidade militar,” disse Irabor. “É nosso desejo ter uma estrutura de reintegração para os nossos maridos que garanta que regressem para nós em boa saúde e bem-estar total. ... Quando falamos sobre os nossos sentimentos, eles se tornam menos transtornantes, menos desgastantes e menos assustadores.”

Irabor defendeu um combate contra a estigmatização dos problemas de saúde mental para possibilitar que o pessoal procure atendimento adequado. O centro visa também melhorar a estabilidade nacional, regional e global bem como reforçar a capacidade do exército, “contribuindo, desta forma, para a luta global contra o terrorismo,” acrescentou.

O Comodoro da Força Aérea Reformado, Abayomi Balogun, disse que viu em primeira mão os efeitos



Vickie Irabor, Presidente da DEPOWA

mentais sobre os soldados quando combatiam em guerras na Libéria e na Serra-Leoa. Balogun criou a Fundação Green Heroes para apoiar os soldados e as suas famílias, em 2018.

“O TEPT deve ser tratado em fases, a primeira é através da mente do soldado, depois a próxima é dar-lhes orientação e posteriormente reabilitação, antes da reintegração,” disse Balogun numa reportagem da PRNigeria. “Podemos ter graves desafios no futuro se não prestarmos atenção a estes soldados.”



Soldados do exército nigeriano, em pé, numa base em Baga, avaliando a ameaça representada pela Província do Estado Islâmico da África Ocidental. AFP/GETTY IMAGES

Burkina Faso Inaugura Primeira Fábrica de Medicamentos

EQUIPA DA ADF

O Burkina Faso abriu a sua primeira fábrica de produção de medicamentos genéricos de baixo-custo para garantir a disponibilidade ininterrupta de medicamentos comuns.

A fábrica, avaliada em 23 milhões de dólares, foi construída através de uma iniciativa privada de empresas farmacêuticas burquinabês. Dr. Palingwidé Armel Coéfé, director-geral da Propharm, a empresa por detrás do projecto, dirigiu o esforço, de acordo com uma reportagem da revista HealthCare Africa.

A fábrica irá começar a produzir o analgésico paracetamol, o antiespasmódico floriglucinol e sais de reidratação oral e zinco para tratar diarreia, disse Coéfé.

A fábrica foi construída num terreno de 1,5 hectares, em Komsilga, nos arredores da capital, Ouagadougou.

“A nossa capacidade de produção actualmente satisfaz as necessidades locais e irá resolver os problemas de cortes drásticos no fornecimento,” disse Coéfé à Agence France-Presse.

As instalações estavam a ser inspeccionadas pela Agência Nacional de Regulamentação de Medicamentos, em Agosto de 2022, e esperava-se que iriam iniciar a produção poucos meses depois.

As instalações chegam numa altura em que os países africanos importam até 97% dos produtos farmacêuticos que utilizam, noticiou a HealthCare Africa. Muitas das importações vêm de países como Índia e China e acaba-se descobrindo que são contrafeitos, fazendo com que, no mínimo, sejam ineficazes e, em última instância, prejudiciais.

Os medicamentos genéricos também podem chegar a ser 30 vezes mais dispendiosos em alguns países africanos, em comparação com o Reino Unido, de acordo com uma reportagem, de 2021, da Agência Francesa de Desenvolvimento e da Comissão Económica das Nações Unidas para África.



Uma nova fábrica de medicamentos irá tornar os medicamentos comuns mais disponíveis no Burkina Faso.

ADF/GETTY IMAGES



GETTY IMAGES

Países da África Austral Realizam Censo do Elefante

VOZ DA AMÉRICA

Cinco países da África Austral, que possuem mais de metade dos elefantes do continente, realizaram o primeiro censo aéreo para determinar a população de elefantes e como protegê-la.

Aeronaves ligeiras sobrevoaram de forma simultânea as planícies de Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue, numa área de conservação conhecida como a Área de Conservação Transfronteiriça de Kavango-Zambeze (KAZA).

A KAZA alberga aproximadamente 220.000 elefantes. Os cinco países pretendem saber o número exacto e os padrões de distribuição. Embora as populações de elefantes estejam a aumentar na região da KAZA, em outros lugares do continente, os números estão a decrescer devido a uma perda de habitat e a caça furtiva.

Mais de 130.000 elefantes encontram-se no Botswana, o maior número em comparação com qualquer outro país do mundo. Kabelo Senyatso, director de Parques Nacionais e Vida Selvagem do Botswana, disse que o censo será fundamental para a gestão dos elefantes.

Os dados irão ajudar os cinco países parceiros a fazerem a planificação do uso da terra, do conflito homem-elefante, caça e turismo, disse Senyatso.

“É importante que, como gestores do recurso, tenhamos uma compreensão clara de onde eles estão e como eles estão distribuídos pelo território,” disse Senyatso. “Trata-se de um projecto animador, o primeiro da sua natureza. Esperamos que os dados sobre os padrões sejam analisados a partir do início de 2023, de modo que até ao primeiro trimestre de 2023 já tenhamos dados preliminares que possamos partilhar com o público e para a nossa tomada de decisões.”

“Os resultados desta pesquisa serão um ponto fundamental para a protecção e gestão a longo prazo da maior população transfronteiriça de elefantes de África,” disse Nyambe Nyambe, director-executivo da KAZA.

Por que os Golpes de Estado Militares REGRESSAM PARA ÁFRICA?

**Os Golpes de
Estado Aumentam
Depois de Anos de
Relativa Calma**

EQUIPA DA ADF

ILUSTRAÇÃO DA ADF



As tentativas de golpes de Estado foram frequentes em África nos períodos pós-independência e da Guerra Fria.

Em comparação, os passados cerca de 20 anos foram calmos. De 2011 a 2020, o continente teve, em média, menos de um golpe de Estado concluído por ano. Mas, desde essa altura, a relativa estabilidade deu lugar àquilo que parece ser um ressurgimento acentuado de tentativas de golpe de Estado.

De 1 de Janeiro de 2020 a Dezembro de 2022, houve pouco mais de uma dezena de tentativas de golpe de Estado no continente. Dentre estas, seis resultaram numa mudança inconstitucional de governo nas mãos de oficiais militares.

A tendência causou preocupação entre as organizações continentais e regionais. O desenvolvimento fez com que a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) convocasse uma cimeira de emergência, em Acra, Gana, em Fevereiro de 2022, para debater a questão.

O Presidente da CEDEAO e Presidente do Gana, Nana Akufo-Addo, disse à cimeira que os golpes de Estado tinham-se tornado “contagiosos” e que a tendência “deve ser contida antes que ela devastasse toda a nossa região,” de acordo com a Al-Jazeera.

De igual modo, Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana, expressou a sua

preocupação quanto ao “reaparecimento de mudanças inconstitucionais de governo.”

Os golpes de Estado são eventos complexos e prejudiciais. As suas causas podem ser várias e preveni-los pode ser difícil. Mas compreender o que causa os golpes de Estado é o primeiro passo para a criação de exércitos profissionais que têm o conhecimento, a formação e o desejo de evitá-los.

Quando é que acontece um golpe de Estado?

Um golpe de Estado ocorre quando forças organizadas, sejam elas militares ou políticas, agem para depor um governo nacional do poder. Os golpes de Estado em África geralmente envolvem acções feitas por uma facção de dentro do exército do país. Alguns deles são violentos, outros envolvem oficiais de segurança que cooptam canais de comunicação nacionais e detêm líderes e oficiais do governo de alta patente.

Os golpes de Estado geralmente são considerados como concluídos quando a interrupção durar sete dias ou mais. Outros especialistas afirmam que os conspiradores devem permanecer no poder por pelo menos um mês.

Bandeiras da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental usadas em Lomé, Togo. Os golpes de Estados podem fazer com que os países sejam suspensos de organizações regionais e experimentem isolamento diplomático. AFP/GETTY IMAGES



Polícia especializada em manifestações, no Mali, mantém os manifestantes distantes de uma marcha de viaturas, depois de um golpe de Estado, em 2021. AFP/GETTY IMAGES

Independentemente disso, os estudos demonstraram que cerca de metade de todos os golpes de Estado, em África, nas últimas décadas foram concluídos. Esta tendência foi mantida nos mais recentes conjuntos de golpes de

Estado do continente também.

como o período pós-independência do continente. De 1960 a 1999, as tentativas de golpe de Estado foram em média pouco mais de 40 por década.

A 'Armadilha do Golpe de Estado'

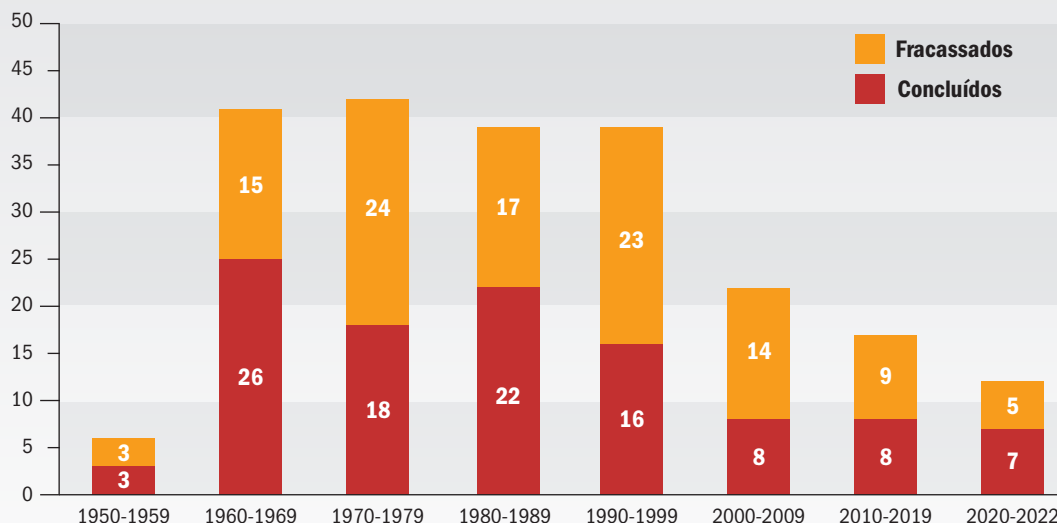
A história demonstrou que quando os golpes de Estado se enraízam num determinado país, eles tendem a ser mais fácil para reaparecerem. Os investigadores estudaram o fenómeno e atribuíram-lhe um nome: a "armadilha do golpe de Estado." A história do Sudão serve como uma ilustração útil.

Entre 1958 e 1971, o Sudão experimentou 11 tentativas fracassadas, impedidas ou concluídas de golpe de Estado. Quatro conspirações — uma concluída e três impedidas — aconteceram somente em 1969. As conspirações para

Com que frequência os golpes de Estado ocorrem?

Os golpes de Estados não são casos únicos de países africanos. Eles já ocorreram na Ásia, na Europa e na América Latina ao longo dos anos. Um olhar sobre as tentativas de golpe em África, desde 1950, mostra um período de relativa calma até cerca de 1963, que pode ser descrito

Golpes de Estado em África de 1950 a 2022

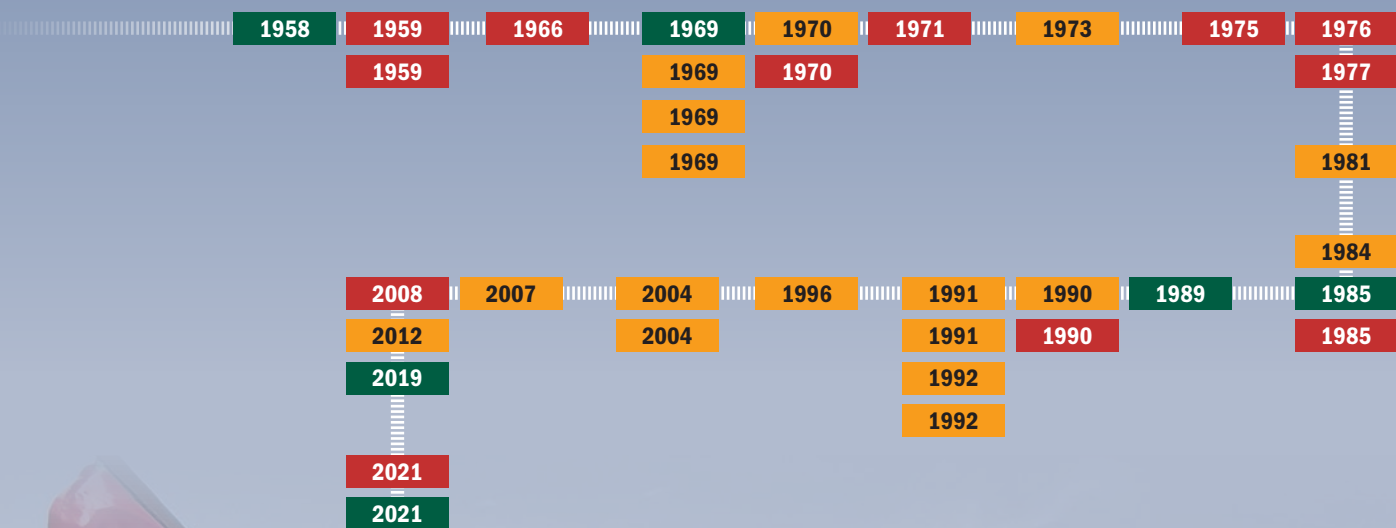


Fonte: BBC com a investigação da Universidade da Flórida Central e Universidade de Kentucky

Uma história de golpes de Estado no Sudão

Golpes de Estado, tentativas de golpe de Estado e conspiração para golpes de Estado desde que o Sudão se tornou independente a 1 de Janeiro de 1956. Fonte: Statista

- Tentativas fracassadas
- Impedidos / alegada conspiração
- Concluídos



Cidadãos sudaneses protestam contra o golpe de Estado militar de Outubro de 2021, em Cartum, no dia 13 de Julho de 2022.

AFP/GETTY IMAGES



“Os exércitos, em muitas ocasiões, estão mal equipados para policiar a instabilidade social. De facto, os estudiosos concluíram que regimes governados pelo exército tendem a ser mais repressivos do que outros tipos.”

~ Investigador Jean Lachapelle



golpe de Estado também ocorreram de 1984 a 1985 e em 1991. A instabilidade constante retomou ao Sudão em 2019, depois da deposição do ditador de longa-data, Omar al-Bashir, e persiste mesmo neste momento, numa altura em que os oficiais militares e civis procuram produzir um plano para o retorno ao governo civil.

Na verdade, o Sudão lidera o número de tentativas de golpe de Estado no mundo, entre 1945 e 2021, de acordo com a informação compilada pelo portal de investigação, Statista.

Legados de Golpes de Estado

Quando um golpe de Estado ocorre, ele tende a criar, em vez de resolver, problemas. Quando os oficiais militares derrubam um governo civil, particularmente um que foi democraticamente eleito, os líderes militares serão provavelmente vistos como ilegítimos. Uma incapacidade de justificar as suas acções pode colocar o país em risco de outros golpes de Estado, de acordo com uma reportagem, de Dezembro de 2021, feita por Sean M. Zeigler, no blogue Rand.

“Frequentemente, os soldados apresentam-se como salvadores dos seus países, acusando o regime deposto de corrupção, falsidade e mau desempenho,” escreveu Zeigler.

Para além disso, as tomadas de poder militares geralmente incluem declarações de que o governo da junta será temporário, afirma a publicação do blogue. Os exércitos irão descrever o seu novo regime como de cuidadores, simplesmente supervisionando e mantendo a ordem, enquanto o país eventualmente

restaura o governo civil através de novas eleições.

“Em muitos casos, são formados conselhos militares de transição para supervisionar a transição para a democracia, algumas das quais não se materializam,” escreveu Zeigler.

O Custo dos Golpes de Estado

O impacto que os golpes de Estado têm sobre um país pode ser de longo alcance. Os golpes de Estado podem afectar a economia, as relações diplomáticas e, em alguns casos, iniciar um ciclo de instabilidade. Abaixo encontram-se algumas das formas pelas quais os golpes de Estado podem prejudicar os países.

Suspensão da ajuda: Muitos países e organizações não-governamentais são proibidos de fornecer ajuda a um governo que assumiu o poder como resultado de um golpe de Estado. Quando se suspende a ajuda, isso retira o dinheiro de projectos relacionados com a segurança nacional, saúde pública, agricultura e os sectores de energia. O Sudão, por exemplo, perdeu aproximadamente 4,4 bilhões de dólares em assistência que tinha sido garantida pela comunidade internacional, nos oito meses depois do seu golpe de Estado de 2021.

Prejuízo para a economia: A história demonstra que as empresas têm menos probabilidades de investir num país ou expandir o comércio quando existe um clima de insegurança. A insegurança, o medo e a incerteza formam uma mistura tóxica que pode reprimir a actividade económica e fazer com que um país caia numa recessão. Um estudo envolvendo 94 países, conduzido pelo Instituto de Estocolmo de Economias de Transição,



concluiu que, nos países democráticos que experimentaram um golpe de Estado, o crescimento do rendimento individual foi menor na década depois do golpe de Estado do que nos países que não experimentam um golpe de Estado.

Isolamento diplomático: Muitas organizações regionais, continentais e internacionais suspendem os Estados-membros depois de uma transferência de poder não democrática. Por exemplo, depois do seu golpe de Estado de 2021, o Burquina Faso foi suspenso da União Africana, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, da Organisation Internationale de la Francophonie e de outros grupos. Isso significa que o país perde o seu direito de votar e influenciar questões económicas que poderiam ter sido cruciais para a sua viabilidade futura. Para além disso, os países podem perder o direito a organizar eventos económicos, diplomáticos e desportivos de grande valor, que trazem o dinheiro através do turismo. Por exemplo, o Campeonato Africano das Nações, um dos principais eventos desportivos do continente, foi transferido na sequência de um golpe de Estado. Fazer com que grandes eventos mudem de localização devido à insegurança pode interromper o tecido social de uma sociedade e também ferir os negócios que dependem dos rendimentos associados, prejudicando a economia nacional.

Desafios de governação: Quando os oficiais militares assumem as rédeas do poder, eles fazem mais do que apenas retirar um governante ou governo que consideram inaceitável. Eles ficam com o controlo de uma vasta burocracia governamental que inclui departamentos e

ministérios que estão muito longe do ambiente familiar das operações militares. Estes governos também dependem de relações diplomáticas entre fronteiras e regiões. Interromper estas instituições e relações pode prejudicar o país e o seu povo.

Ademais, no seu artigo de 2020, “Não Existe Saída Fácil: O Efeito de Golpes de Estado Militares Sobre a Repressão do Estado,” para o *Journal of Politics*, o investigador Jean Lachapelle escreveu que “os golpes de Estado aumentam a repressão do Estado, mesmo quando eles têm como alvo os autocratas repressivos.”

Os golpes de Estado são regularmente seguidos de acções como prisão de dissidentes, perseguição violenta contra protestantes e limitação de direitos como a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Lachapelle disse que a investigação histórica demonstra que os líderes de golpes de Estado militares tendem a utilizar uma mão particularmente pesada contra o seu povo.

“Os exércitos, em muitas ocasiões, estão mal equipados para policiar a instabilidade social. De facto, os estudiosos concluíram que regimes governados pelo exército tendem a ser mais repressivos do que outros tipos de regime,” escreveu. “Para além disso, um golpe de Estado geralmente relaxa as restrições do poder executivo nos meses que se seguem, porque o exército, muitas vezes, governa por meio de decretos, tal redução de limitações pode aumentar a repressão.” □

Os golpes de Estado tendem a prejudicar as economias nacionais, assustando os investidores e interrompendo a ajuda internacional.

REUTERS



'Deve Ser Um Estilo de Vida'

O Brigadeiro-General Daniel Kuwali, da Força de Defesa do Malawi, Diz Que a Prevenção de Golpes de Estado Começa com Educação e Cultura



O Brigadeiro-General Daniel Kuwali serviu na Direcção de Serviços Jurídicos da Força de Defesa do Malawi (FDM) por 23 anos. Durante esse tempo, ele foi chefe dos serviços jurídicos e posteriormente foi nomeado primeiro Auditor Geral da FDM. Ele também serviu como conselheiro jurídico na missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo e ensinou e publicou várias obras sobre temas que incluem direitos humanos, uso da força e direito humanitário. Em 2022, graduou-se no curso residente como especialista internacional, no Colégio de Guerra do Exército dos EUA, e regressou ao Malawi onde foi nomeado primeiro comandante daquele país no Colégio de Defesa Nacional. Esta entrevista foi editada por questões de espaço e clareza.

ADF: O senhor graduou-se na Faculdade de Direito e posteriormente juntou-se à Força de Defesa do Malawi. Por que escolheu juntar-se ao exército em vez de optar por uma carreira jurídica no sector privado?

Kuwali: Pergunta interessante! Bem, em primeiríssimo lugar, foi e ainda é o meu patriotismo — o desejo de servir o meu país. Foi o facto de que eu seria capaz de dirigir o meu ensino, perícia e experiência para os serviços do meu país e o seu povo. Em segundo lugar, são os regimes de disciplina, aptidão física e de saúde mental obtidos no exército. Eles moldam uma pessoa para estar bem formada. Depois quando alguém se junta ao exército, descobre um enorme conjunto de familiares e amigos, a quem se tende a acarinhar. Então, de forma resumida, a minha paixão abnegada pelo serviço foi o factor impulsor para servir o meu país.

ADF: Qual é a importância de ter uma estrutura jurídica forte nas operações do exército? Como é que isso contribui para a existência de forças armadas disciplinadas e responsáveis? Como é que isso ajudou a produzir confiança nos civis?

Kuwali: Quanto à sua primeira pergunta, o exército deve operar dentro da lei por causa dos princípios constitucionais do Estado de direito e responsabilização. Numa democracia, nenhuma pessoa ou instituição está acima da lei.

O que isso significa é que todas as pessoas podem ser responsabilizadas pelos seus actos ou omissões. Por isso, todos têm de agir dentro da lei, caso contrário, a sua

conduta será tida como *ultra vires* ou fora dos limites legais e isso exige responsabilização. Quanto à segunda pergunta, como em qualquer desporto como o futebol, qualquer jogador que segue as regras do jogo é considerado disciplinado e profissional, ganhando, desta forma, o apoio dos fãs. Por exemplo, olhando para a conformidade com a lei de conflitos armados, os exércitos que se conformam com a lei alcançam economia de esforços, evitam cometer crimes e ganham a confiança e o respeito dos civis nas áreas da

Kuwali assina o livro de convidados do edifício Kentucky State Capitol, em Frankfort, durante um envolvimento de dois dias com assessores jurídicos da Guarda Nacional de Kentucky.

SARGENTO JESSE ELBOUB/EXÉRCITO DOS EUA





missão como em casa. Eventualmente, estes contribuem para o moral das tropas. A população civil, incluindo os legisladores, também está atenta para fornecer apoio às tropas de modo que não as envergonhe, mas, pelo contrário, levantem bem alto a bandeira.

ADF: O senhor serviu como conselho jurídico na missão da ONU na República Democrática do Congo (RDC). Que tipo de desafios únicos o senhor enfrentou lá?

Kuwali: A minha viagem de trabalho como soldado de manutenção da paz na RDC abriu-me a mente. Resumindo, ajudou-me a colocar a teoria em prática. Vi que as violações de direitos humanos não vêm em pacotes óbvios. Elas estão escondidas em plena vista, e é necessário um sentido de discernimento e habilidade para descobri-las. Por exemplo, ao vermos um bandido armado impedir que as pessoas sigam para a assembleia de voto, alguém pode não compreender que este criminoso está a infringir o seu direito de voto, a liberdade de movimento e até a ameaçar o seu direito à vida.

Eu enfrento dilemas desafiadores sobre o que um comandante do exército deve fazer se mulheres e crianças estiverem próximos de criminosos de guerra que têm como alvo os soldados de manutenção da paz. Será legítimo atacar tal escudo humano, onde os soldados de manutenção da paz foram mortos? Como lidar com um prevaricador habitual que esteve a aterrorizar uma aldeia e escapa-se de um centro de detenção sem estar armado? Será que o soldado dispara para matar ou ferir, ou será que não chega a disparar? Estas não são perguntas académicas. Nem sequer são simplesmente

perguntas jurídicas; elas também têm implicações políticas. Como um conselheiro jurídico, deve-se aconselhar em questões de segundos. Isso requer que a pessoa esteja preparada.

ADF: Houve um recente aumento no número de golpes de Estado no continente. Como é que explica esta tendência?

Kuwali: Os golpes de Estado militares ocorreram onde as tropas capitalizam o descontentamento civil para tomar o poder das autoridades civis, conforme foi o caso no Sudão, em 2019. Em outros casos, como na Guiné, em 2021, os líderes procuram apegar-se ao poder, desprezam o processo eleitoral e fazem emendas na Constituição para prorrogar os seus mandatos.

Estas acções aumentaram o apoio do público para que o exército assumisse o poder. Embora não possa existir uma explicação única para todos os casos para justificar a proliferação de golpes de Estado, os factores casuais incluem a pobreza, a insegurança e a má governação.

Outros factores contribuintes são a corrupção endémica, a má gestão económica, os deficits de infra-estruturas, os sistemas socioeconómicos fracos e uma juventude frustrada. África experimentou 82 golpes de Estado entre 1960 e 2000, antes da criação da União Africana. Entre 2000 e 2022, o continente testemunhou 22 golpes de Estado. Esta é uma tendência preocupante.

ADF: Vê alguma semelhança entre estes países? Acha que os golpes de Estado são “contagiosos” e tornam-se mais prováveis regionalmente ou a nível do continente quando um deles ocorre?



Membro da Força Marítima do Malawi aprendem sobre a navegação, durante uma formação em Monkey Bay, Malawi.

PRIMEIRO-SARGENTO SEAN CARNES/FORÇA AÉREA DOS EUA

Kuwali: Os golpes de Estado envolvem cálculos de custos e benefícios pelos conspiradores. O benefício óbvio inclui poder e acesso a recursos do Estado. Os custos incluem o risco de morte e de serem processados e detidos. Os golpes de Estado têm um efeito dominó de forma tal que um golpe de Estado bem-sucedido aumenta significativamente a probabilidade de golpes de Estado subsequentes naquele país e nos países vizinhos. Sendo assim, se os golpistas agirem com impunidade, a trajetória de tomadas de poder militar irá continuar.

Embora a União Africana tenha proibido mudanças inconstitucionais de governo, a sua resposta aos recentes golpes de Estado reflecte uma decisão decadente na aplicação das normas de combate a golpes de Estado, que é um dos princípios fundamentais — completo com sanções — contra os prevaricadores. A menos que a União Africana demonstre uma decisão de condenar mudanças inconstitucionais de governo, isso irá promover uma recessão democrática regional. A União Africana deve fazer cumprir o Artigo 25 da Carta Africana da Democracia, Eleições e Governança, impondo sanções de forma consistente e enviando os perpetradores de golpe de Estado para serem julgados sem excepção.

ADF: *Como um estudante de história, o que é que viu como ramificações a curto prazo e a longo prazo num país que experimenta um golpe de Estado?*

Kuwali: Os golpistas geralmente prometem reverter a tendência e fornecer dividendos socioeconómicos aos cidadãos. Contudo, existem poucas ou nenhuma prova de que os golpes de Estado melhoram a governação e o

desenvolvimento económico. O oposto é que acontece. Não se pode esperar que aqueles que infringiram a lei em primeiro lugar venham a seguir a lei. A gestão de um país exige liderança, competência e habilidade, para além de campanhas, estratégia e táticas militares. Os golpes de Estado não podem ser soluções para a incapacidade da democracia de garantir bens públicos e segurança às pessoas. Estas estratégias são a própria antítese de uma cultura democrática. Sendo assim, os golpes de Estado devem ser condenados como uma questão de princípio.

ADF: *Quais são os factores comuns nos países como Malawi que evitaram transferências não democráticas de poder? Será que eles partilham alguma característica?*

Kuwali: Os países que detestam golpes de Estado e transferências não democráticas de poder possuem instituições de supervisão fortes, que verificam os excessos do executivo e mantêm o Estado de direito. Isso se deve a um judiciário independente, legislatura centrada no povo, imprensa vibrante e organismos eleitorais independentes. Esses países também não prendem os defensores de direitos humanos. Eles criam mecanismos de prevenção de conflitos e uma governação do sector de segurança robusta.

Eles tendem a ter relações civis-militares saudáveis e respeito pelo controlo democrático das forças armadas.

É um infortúnio que o recente aumento nos golpes de Estado tenha manchado as transferências de poder bem-sucedidas em muitos países que mantêm o constitucionalismo. Estes incluem a maior parte dos países da África Austral, as democracias estáveis da África Oriental,



Kuwali profere um discurso no VI Colóquio de Responsabilização, em Lilongwe, Malawi, em 2019.

SARGENTO EDWARD SALCEDO/
EXÉRCITO DOS EUA

especialmente Tanzânia, e as maiores democracias da África Ocidental, como Gana, Nigéria e Senegal.

ADF: *Numa perspectiva militar, o que pode ser feito em termos de treino, ensino militar profissional e reforma do sector de segurança para conter a tendência dos golpes de Estado?*

Kuwali: Se mergulharmos mais profundamente, iremos observar que a maior parte destes golpistas cai fora da cobertura de líderes formados para a governação do sector de segurança. Tal formação seria como se estivesse a pregar aos convertidos. Por conseguinte, será prudente lançar a rede de forma mais ampla, para garantir que os soldados — de qualquer que seja o escalão ou responsabilidade — compreendam e mantenham princípios de controlo civil do exército. Por sua vez, as autoridades civis e os líderes políticos devem aumentar a sua compreensão do sector de segurança e facilitar as promoções periódicas e meritórias, os processos de recrutamento transparentes e a formação adequada para reter a confiança das forças armadas.

ADF: *Então, os membros de escalões inferiores das forças armadas não têm acesso suficiente à formação estratégica?*

Kuwali: O desafio que existe na disposição de um exército é que existe o nível estratégico, o nível operacional e o nível tático. Isso tem os seus próprios desafios no sentido de que as questões sobre a governação do sector de segurança não são ensinadas no nível tático. No nível operacional, as tropas — que são a maior parte das pessoas que estiveram envolvidas nos golpes de Estado — não conhecem os problemas da governação do sector de segurança ou problemas relacionados com o controlo civil das forças armadas. A minha sugestão é que precisamos de começar a ensinar essas questões a esse nível de modo que os soldados possam crescer compreendendo-as. Deve ser um estilo de vida respeitar as autoridades civis como pessoas que controlam o exército. Porque estas são pessoas eleitas pelos cidadãos para assumirem tais cargos. Deve ser uma forma de vida respeitar isso, porque isso é o que devemos fazer numa democracia. Não devemos apenas começar quando os líderes já subiram bem alto nos escalões. Diz-se que não se deve ensinar novos truques a um cão velho. Por isso, quanto mais cedo começarmos, melhor. Neste caso, teremos uma massa crítica de pessoas que compreendem os princípios democráticos.

ADF: *Quais são os seus objectivos a curto prazo para liderar o Colégio de Defesa Nacional (NDC) do Malawi, que em breve será criado?*



Membros da Força de Defesa do Malawi nos Quartéis de Kamuzu, a sede da FDM, em Lilongwe, antes da cerimónia de investidura do Presidente da República, em 2020.

AFP/GETTY IMAGES

Kuwali: O meu objectivo a curto prazo é ter um currículo sólido e abrangente, que irá olhar para as necessidades da Força de Defesa do Malawi e do Malawi como país, assim como olhar para a FDM, juntamente com os seus aliados, para poderem combater as ameaças contemporâneas. Em segundo lugar, temos de garantir que o colégio seja criado. Já identificámos um lugar, mas, estamos à espera de procedimentos do governo. Quando tivermos feito isso, irei organizar uma equipa para ministrar os cursos.

ADF: *Quais são os seus objectivos a longo prazo?*

Kuwali: Os meus objectivos a longo prazo são ter cada mais participantes nos cursos possíveis, que podem passar pelos corredores do NDC, no Malawi, e também ter a instituição como centro de excelência. Deve ser uma instituição de preferência dos líderes, não apenas no Malawi, mas no continente todo. Também queremos ter o nosso próprio nicho. Devemos desenvolver estratégias de guerra indígenas para ver como podemos trazer-lhes melhorias. Não podemos apenas adoptar estratégias que já funcionaram em outros lugares.

Temos de cavar mais profundo na história militar dos países africanos, porque, muitas vezes, somente olhamos para as guerras do mundo para tirar lições. Temos de olhar para as nossas próprias guerras, para ver o que as motivou e como elas terminaram. Ao fazer isso, iremos encontrar as nossas próprias formas indígenas ou tradicionais de resolver os conflitos. Para além disso, queremos desenvolver mecanismos de prevenção de conflitos. Os Estados vizinhos não devem olhar uns aos outros como ameaças; têm de ver-se como vizinhos. Devemos ter exercícios para a resolução de conflitos como parte da nossa estratégia de construção da confiança no continente africano. □

UMA DOENÇA DE SEGURANÇA

OS GOLPES DE ESTADO MULTIPLICAM-SE NA ÁFRICA
OCIDENTAL COM A FALTA DE BOA GOVERNAÇÃO E O
AUMENTO DE ATAQUES EXTREMISTAS



O Burquina Faso tem lutado contra a violência extremista proveniente do vizinho Mali, desde 2015. Mas o dia 14 de Novembro de 2021 foi o ponto de viragem daquele país saheliano.

Naquela manhã, homens armados extremistas invadiram um posto avançado da polícia militar, próximo de uma mina de ouro, na cidade nortenha de Inata, na província de Soum, no Burquina Faso. Os resultados foram repentinos, trágicos e transformadores.

“Esta manhã, um destacamento da gendarmaria sofreu um ataque covarde e bárbaro,” o Ministro da Segurança, Maxime Kone, disse à imprensa estatal enquanto os corpos ainda estavam a ser contados. “Eles defenderam a sua posição.”

Conforme se pode ver, 49 homens da gendarmaria foram mortos, juntamente com quatro civis. O ataque veio apenas dois dias depois de um outro assalto ter deixado sete oficiais da polícia mortos, próximo da fronteira com o Mali e o Níger, comunicou a Al-Jazeera.

No dia 22 de Janeiro de 2022, protestos violentos agitaram a capital Ouagadougou e a cidade de Bobo Dioulasso quando cidadãos protestavam furiosamente contra um ambiente de segurança decadente, de acordo com um relatório do Grupo Internacional da Crise. Um dia depois, houve tiroteios em vários quartéis e os soldados estacionados no acampamento de Sangoulé Lamizana, divulgaram uma lista de exigências, solicitando mais tropas e equipamento para a luta contra o grupo extremista, melhores cuidados para os feridos e apoio às famílias de militares mortos em combate, entre outras coisas.

Mais tarde naquele mesmo dia, quando já parecia que a calma tinha sido restaurada, manifestantes inundaram as ruas da capital para apoiar os soldados. Alguns gendarmes e outros que anteriormente eram leais ao presidente Roch Marc Kaboré juntaram-se aos rebeldes. As forças atacaram a residência de Kaboré e, até à noite seguinte, o presidente tinha sido obrigado a renunciar. O Tenente-Coronel Paul-Henry Sandaogo Damiba assumiu controlo como presidente do Movimento Patriótico para Salvaguarda e Restauração, o órgão executivo da junta militar.

Contudo, o governo de Damiba foi interrompido quando, no dia 30 de Setembro de

2022, o capitão Ibrahim Traoré o depôs, em mais um golpe de Estado. Como seria de esperar, o golpe de Estado veio depois que as forças de segurança acusaram Damiba de não conseguir conter a violência extremista contínua.



Um edifício incendiado e pilhado foi fotografado em Bamaco, Mali, no dia 19 de Agosto de 2020, na manhã seguinte do dia em que tropas rebeldes cercaram o Presidente do Mali, Ibrahim Boubacar Keita e o Primeiro-Ministro Boubou Cissé. AFP/GETTY IMAGES

As condições no Burquina Faso são emblemáticas dos problemas que também assolam o Mali, levando a dois recentes golpes de Estado naquele ponto e a uma tentativa de golpe de Estado no Níger, a leste. Na verdade, o Sahel tem sido um foco da violência extremista há vários anos.

“Quase o dobro da violência ligada a grupos militantes islamitas, no Sahel, em 2021 (de 1.180 a 2.005 eventos) destaca o rápido aumento das ameaças à segurança nesta região,” comunicou o Centro de Estudos Estratégicos de África (ACSS), em Janeiro de 2022. “Este aumento foi a mudança mais significativa em qualquer dos teatros de violência de grupos militantes islamitas em África e ofusca a média de 30% de declínio da actividade violenta na Bacia do Lago Chade, no norte de Moçambique e nas regiões da África do Norte.”

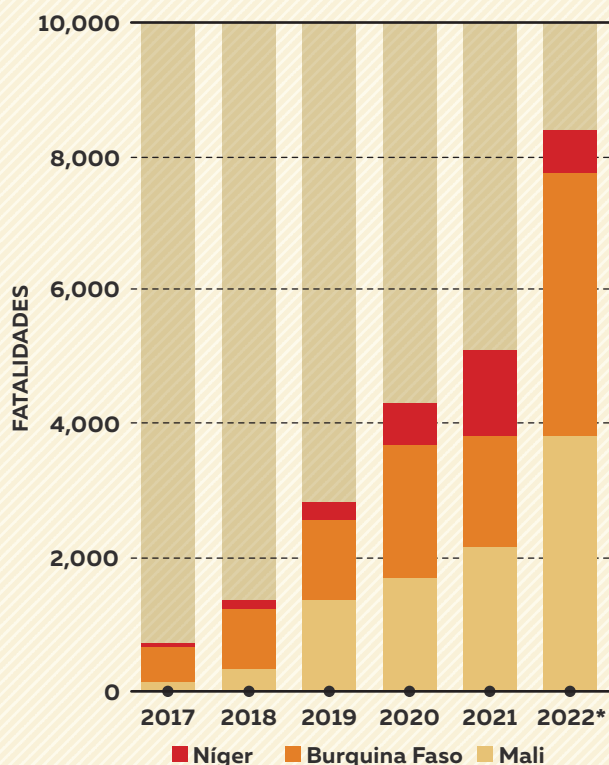
A insegurança, de forma inevitável, leva à instabilidade, e o Sahel é o exemplo mais claro deste axioma. Para além disso, em alguns países, a instabilidade e os golpes de Estado resultam de líderes que não estão dispostos a respeitar as regras da Constituição Nacional e da lei. Tal como foi o caso da Guiné, em 2021, quando o Presidente Alpha Condé alterou a Constituição do seu país para garantir, de

Coronel do Mali, Assimi Goïta, serviu como presidente interino do Mali desde que depôs o governo, no dia 24 de Maio de 2021. AFP/GETTY IMAGES



Coronel do Mali, Malick Diaw, no centro, foi um dos dois conspiradores do golpe de Estado que tinham treinado na Rússia. AFP/GETTY IMAGES

VIOLÊNCIA LIGADA A GRUPOS MILITANTES ISLAMITAS NO SAHEL



Fontes: Centro de Estudos Estratégicos de África, Projecto de Localização de Conflitos Armados e Dados de Eventos * Dados projectados

forma não legítima, um terceiro mandato no exercício das suas funções.

“Embora ele inicialmente tenha vencido uma eleição democrática, em 2010 — o primeiro líder da Guiné a fazê-lo — o seu assalto ao poder, em conjunto com a corrupção e desigualdades profundas, aparentemente forneceu o ímpeto que o exército precisava para assumir o poder, em Setembro último,” noticiou a Vox, em Fevereiro de 2022.

Um exame do aumento de golpes de Estado na África Ocidental e no Sahel revela factores comuns: falta de governos eficazes ou legítimos, interferência de actores externos, como a Rússia e a sua organização de mercenários do Grupo Wagner, e violência extremista.

INTROMISSÃO E MÁ GOVERNAÇÃO

Os golpes de Estado podem ser atribuídos a factores “internos” e “externos,” de acordo com Muhammad Dan Suleiman, pesquisador sénior da University of Western Australia e Hakeem Onapajo, professor sénior da Universidade do Nilo, da Nigéria.

“Os défices na governação, o não cumprimento de direitos do cidadão, as massas frustradas (muitos dos quais são os jovens) e a crescente insegurança são as principais razões entre as causas internas,” escreveram.

Embora a democracia tenha aumentado na

África Ocidental, ela continuou sendo “superficial”, marcada por eleições periódicas que não têm os “ingredientes cruciais da democracia como a participação informada e activa, respeito pelo Estado de direito, independência do judiciário e liberdades civis,” escreveram Suleiman e Onapajo. Às vezes, os cidadãos favorecem certos partidos no poder por motivos de medo, e os presidentes em todo o continente, muitas vezes, alteram as suas Constituições para prorrogar os seus mandatos, escreveram eles num artigo publicado pelo The Conversation.

Os factores externos que levam a golpes de Estado frequentemente têm uma “mão estrangeira,” escreveram Suleiman e Onapajo.

Um relatório de Setembro de 2020, do investigador Samuel Ramani, para o Foreign Policy Research Institute, indica que houve uma ligação entre a Rússia e aqueles que estiveram por detrás do primeiro golpe de Estado do Mali. Ramani escreveu que, antes do golpe de Estado de 2020, dois dos conspiradores, Malick Diaw e Sadio Camara, tinham regressado de uma formação no Colégio Militar Superior de Moscovo.

Apesar de recusar a culpa no golpe de Estado inicial, a Rússia saía a ganhar e possivelmente já esteja. O Kremlin assinou um acordo de cooperação militar com o Mali, em 2019. Este, escreveu Ramani, fortaleceu as ligações com o pessoal militar do Mali que apoiou

a deposição. Também veio numa altura em que os cidadãos do Mali estavam a ficar cansados das operações de combate ao terrorismo francesas e estavam dispostos a experimentar a sua sorte com os russos.

“Nas manifestações da Praça da Independência, em Bamaco, que se seguiram ao golpe de Estado, protestantes foram vistos empunhando bandeiras russas e segurando cartazes que elogiavam a Rússia pela sua solidariedade com o Mali,” escreveu Ramani.

A Rússia também estava a plantar sementes de dúvida no vizinho Burquina Faso quando o exército assumiu o controlo naquele ponto. No ano que se seguiu ao golpe de Estado de 2020, no Mali, a Rússia apoiou os esforços de desinformação que prejudicaram a autoridade do Presidente Ibrahim Boubacar Keïta, escreveu Joseph Siegle, director de pesquisa do ACSS, para o Instituto Italiano de Estudos de Política Internacional, em Dezembro de 2021.

“Esta mensagem contribuiu para os protestos da oposição contra Keïta, que foram utilizadas como justificativa para o golpe de Estado,” escreveu Siegle.

Os líderes golpistas procuravam validação externa para compensar a sua falta de legitimidade em casa, escreveu Siegle. Pouco depois de assumir o poder, a junta militar do Mali permitiu que os mercenários do Grupo Wagner da Rússia operassem naquele país, supostamente para ajudar a conter a onda de violência

Um homem amarra ramos para construir uma tenda no campo de refugiados de Mbera, em Mauritânia, que alberga milhares de malianos que fugiram das suas residências.

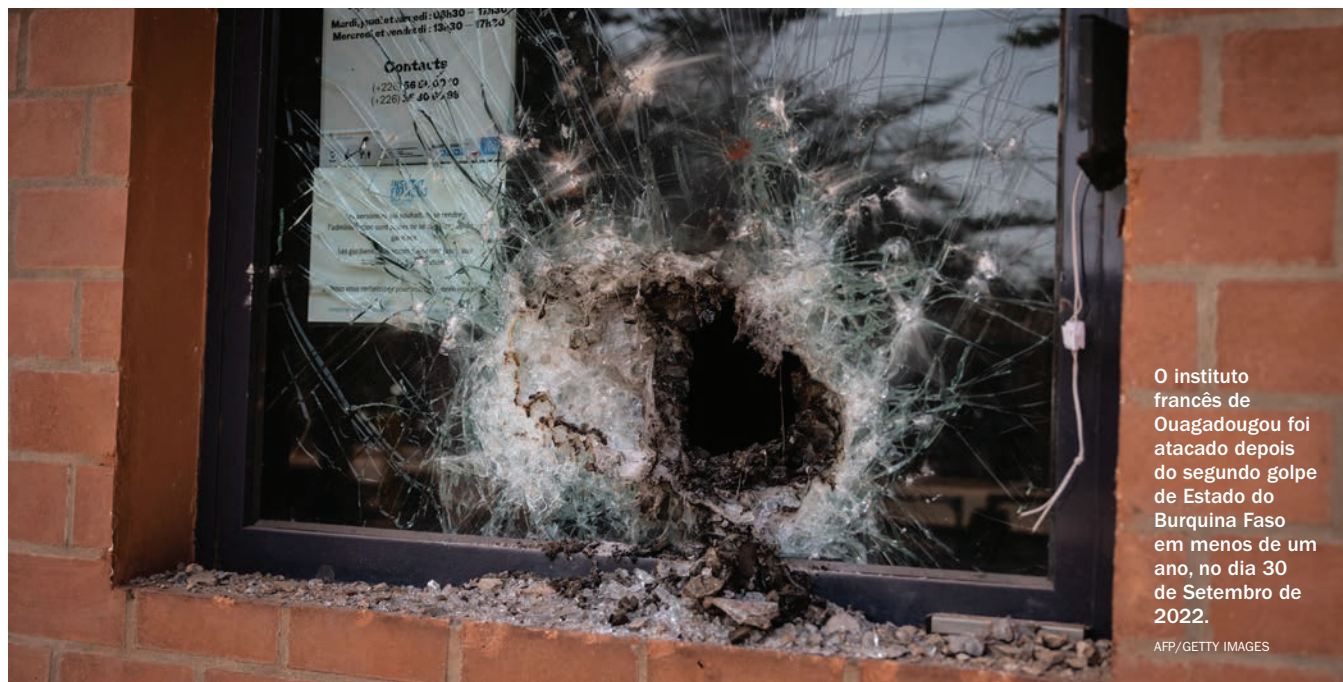
AFP/GETTY IMAGES





Uma placa indica a figura esfarrapada do antigo presidente da Guiné, Alpha Condé, que foi deposto no golpe de Estado de Setembro de 2021.

AFP/GETTY IMAGES



extremista. A acção foi um fracasso tático e estratégico e serviu para aterrorizar ainda mais o povo do Mali, confirmam vários relatos.

A VIOLÊNCIA CONTINUA

De acordo com um relatório do ACSS, de Julho de 2022, escrito por Michael Shurkin, director de programas globais, na 14 North Strategies, o número de mortes ligadas à violência islamita combinada nos países do Sahel, como Burkina Faso, Mali e Níger, foi projectado para aproximadamente o dobro, em 2022, em comparação com os totais de 2021.

As condições eram ainda mais graves somente no Mali. Um relatório do dia 29 de Agosto de 2022, do ACSS, demonstrou que a violência extremista chegou muito próximo da capital do Mali, Bamaco, desde que o exército assumiu o poder em 2020. Este avanço causou o aumento de mortes, especialmente entre civis. “Grupos de militantes islamitas mataram aproximadamente três vezes mais pessoas em violência contra civis, durante o ano de 2022 do que em 2021,” afirma o relatório. “Houve mais mortes de civis em cada um dos primeiros dois trimestres de 2022 do que em qualquer ano anterior.”

Qualquer justificativa pelos conspiradores do golpe de Estado de que os seus mandatos resultam de fornecimento de melhoria da segurança torna-se nulo, particularmente no Burkina Faso e no Mali. Os golpes de Estado não demonstraram quaisquer sinais de melhoria das condições de segurança. Na verdade, o oposto é que parece ser o caso.

“Os golpes de Estado militares no Mali e no Burkina Faso ... desviaram a preciosa atenção e recursos da luta, permitindo que os militantes ganhassem ímpeto e expandissem,” escreveu Shurkin.

Desde os golpes de Estado e a chegada do Grupo

Wagner, os extremistas do Mali tornaram-se mais corajosos. No seu avanço em direcção a Bamaco, os militantes da Frente de Libertação de Macina dispararam mísseis contra o aeroporto Mopti-Sévaré, um centro de transportes crucial para a operação da Missão de Manutenção da Paz das Nações Unidas, comunicou o ACSS, em Agosto de 2022.

“No que diz respeito ao tempo, a violência extremista tem sido pior a cada trimestre desde que o golpe de Estado militar do que em qualquer outro trimestre que antecedeu a altura em que a junta assumiu o controlo,” comunicou o ACSS.

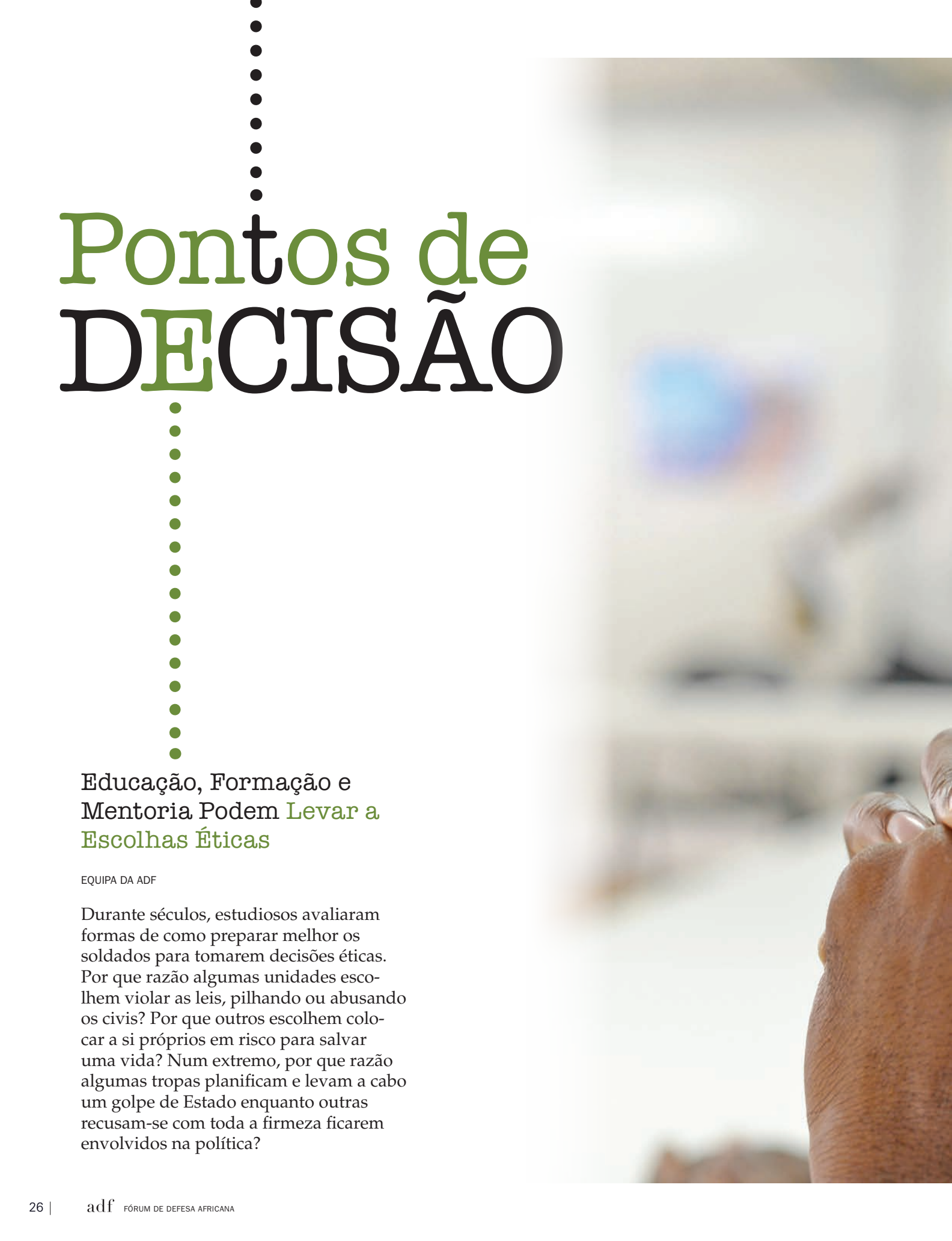
Agora, as forças russas do Grupo Wagner encontram-se entre os ofensores. Os mercenários estão a oferecer apoio em troca de concessões mineiras. No caso do Mali, isso significa acesso ao ouro. Desde que entraram naquele país, em finais de 2021, os combatentes do Grupo Wagner foram acusados de pilhar aldeias e executar civis em centenas.

As próprias autoridades do exército do Mali estão a debater-se com a deterioração das condições daquele país. Em meados de Setembro de 2022, o general El Hadj Ag Gamou descreveu um quadro negativo para os civis que vivem na aldeia nortenha de Djebok, entre Gao e Talataye.

“Não existem forças armadas ou quaisquer entidades para garantir a segurança da população nestas áreas,” disse Gamou, numa mensagem em áudio, em língua Tamashek, de acordo com a Agence France-Presse. A mensagem circulou no WhatsApp.

Gamou apelou os civis daquelas áreas para fugirem e se estabelecerem “nas grandes cidades para a sua segurança.”

“O inimigo irá, de certeza, assumir o controlo destas áreas, porque não existe segurança para impedi-los.” □



Pontos de DECISÃO

Educação, Formação e Mentoria Podem **Levar a** **Escolhas Éticas**

EQUIPA DA ADF

Durante séculos, estudiosos avaliaram formas de como preparar melhor os soldados para tomarem decisões éticas. Por que razão algumas unidades escolhem violar as leis, pilhando ou abusando os civis? Por que outros escolhem colocar a si próprios em risco para salvar uma vida? Num extremo, por que razão algumas tropas planificam e levam a cabo um golpe de Estado enquanto outras recusam-se com toda a firmeza ficarem envolvidos na política?



Um oficial militar que serve na Somália participa na formação sobre protecção de civis, direitos humanos e questões ligadas ao género. AMISOM

Para aqueles que tentaram moldar soldados éticos, tudo se traduz numa única palavra: profissionalismo. Alguns exércitos incorporam os altos valores da profissão enquanto outros não conseguem.

“É imperativo que as instituições do exército sejam profissionalizadas, através da formação e ensino para que o exército possa compreender o seu lugar na sociedade e compreender que possui um papel que é tão importante para manter a estabilidade do país,” General Robert Kibochi, chefe das Forças de Defesa do Quênia, disse à ADF.

Criar esta cultura profissional não é sempre fácil. Os exércitos utilizam estratégias diferentes para introduzir a ética na sua formação e criar uma cultura duradoura que enfatiza o respeito pelo Estado de direito.

ENSINO SUPERIOR

As instituições de ensino militar profissional (EMP) podem ajudar a inculcar uma cultura de ética no seio das forças armadas.

De acordo com um estudo do Centro de Estudos Estratégicos de África (ACSS), pode existir uma ligação entre as instituições de EMP e a prevenção de golpes de Estado. O estudo do ACSS concluiu que dos quatro países da África Ocidental que tiveram golpes de Estado desde 2020 — Burkina Faso, Chade, Guiné e Mali — nenhum deles possui um colégio de guerra ou colégio de defesa. Apenas o Mali possui uma escola de comandos e de pessoal militar.

Alguns profissionais militares acreditam que existe uma ligação entre os valores ensinados nestas instituições e o respeito pela ordem constitucional e o Estado de direito.

“O ensino militar profissional ajuda a moldar líderes estratégicos para terem habilidades de tomada de decisão e liderança estratégica,” disse o Brigadeiro-General Daniel Kuwali, comandante do Colégio de Defesa do Malawi. “Isso inclui as tropas sob o seu comando.”

Kuwali disse que os oficiais militares educados possuem as ferramentas necessárias para liderar unidades disciplinadas.

“Desta forma, tende-se a desenvolver um espírito de equipa ao tomar decisões que sejam transparentes e responsáveis. Vocês trabalham com uma equipa,” disse à ADF. “Os vossos soldados não podem ir pelas suas costas para assumirem o



TOPO: Um formador da Missão de Manutenção da Paz das Nações Unidas na República Centro-Africana dá uma aula aos membros das Forças Armadas daquele país. MINUSCA

Formadores ensinam aos recrutas das Forças Armadas da República Democrática do Congo sobre como prevenir abusos de direitos humanos e proteger populações vulneráveis. MONUSCO



governo, porque eles vos respeitam. Eles têm formas de resolver os conflitos.”

Outros alertam contra a criação de uma ligação directa entre o EMP e a prevenção de golpes de Estado. Dr. Kwesi Aning, um professor visitante da Universidade de Uppsala, na Suíça, disse que o recente aumento nos golpes de Estado é um produto do fracasso da classe política, na África Ocidental, de cumprir as promessas e governar. Ele acredita que os golpes de Estado irão continuar até que isso seja corrigido.

“O EMP é necessário, mas ele não é o baluarte contra os golpes de Estado,” disse à ADF. “O reaparecimento de golpes de Estado é resultado da má governação dos Estados da África Ocidental e nós ainda não vimos o seu fim.”

ÉTICA NOS TREINOS DE CAMPO

A ética não é apenas aprendida e reforçada na sala de aulas. Tornou-se comum que os treinos anteriores ao destacamento de tropas e os exercícios de treinos de campo replicarem os cenários éticos do mundo real.

Num cenário de treino, um soldado pode estar cercado por uma multidão hostil. Num outro, ele pode ter de decidir entre ajudar as vítimas civis e neutralizar um alvo de alto valor.

“O objectivo é deixar o pessoal militar acostumado a envolver-se com estas reflexões morais dentro da execução de acções tácticas no campo, em meio a dificuldades, sob a pressão do tempo, temperatura e stress,” escreveu o Brigadeiro-General Benoit Royal, da França, no seu ensaio, “Ética Militar: Da Teoria à Prática.” “O comportamento do soldado em combate deve ser influenciado constantemente pelo espírito e pelos valores centrais que ensinamos.”

O melhor tipo de treino irá simular situações como privação do sono, curta janela de tempo e informação do campo de batalha incompleta.

“O pessoal militar é chamado a tomar decisões morais sob algumas das condições mais desafiadoras,” escreveram os investigadores Megan Thompson e Rakesh Jetly no artigo “Treino Ético no Campo de Batalha: integrando os cenários éticos em exercícios militares de campo de alta intensidade.”

Thompson e Jetly afirmaram que tais situações são eticamente turvas. Um soldado pode ter de decidir entre os valores conflitantes, indicando duas escolhas diferentes. Um soldado também pode confrontar uma situação em que qualquer escolha irá prejudicar os civis ou os camaradas. A decisão correcta raramente é óbvia.

“Em conjunto, esses factores criam ‘o ambiente psicologicamente ameaçador de combate,’” escreveram.

Mas se tal formação for limitada a módulos pré-destacamento ou exercícios anuais, não serão



suficientes, afirmam os especialistas. Isso deve ser reforçado ao longo da carreira do soldado e ser mais complicado à medida que ele avança nos escalões.

No processo de manutenção da paz, disse Aning, os treinos devem ser um processo cíclico que incorpora lições aprendidas no terreno.

“Quando este treino é bem feito, ele torna-se uma situação de ganho para todos, quer para o país que contribui com tropas e as suas forças armadas quer para o país receptor, e posteriormente as lições podem ser passadas para outros,” disse Aning. “Eu sou um grande defensor e alguém que acredita na actualização do currículo, mas deve ser um currículo que é flexível, que responda às necessidades inconstantes do ambiente de manutenção da paz.”

Os formadores também devem colher informação sobre como o conhecimento é absorvido e utilizado no terreno. “Devemos desenvolver um ciclo de feedback,” disse Aning. “De que modo os soldados compreendem o que estão a ser ensinado? Como eles aplicam esse conhecimento? Como eles respondem ao feedback e como o utilizam como parte do processo de aprendizagem?”

MODELAR A ÉTICA

O comportamento ético não é apenas ensinado; ele é modelado. Muitos profissionais militares citam mentores como partes fundamentais do seu desenvolvimento profissional.

No seu Manual de Liderança, o Exército dos EUA encoraja relações de mentoria durante toda a carreira.



Um agente da polícia da União Africana, que serve na Somália, partilha lanche com crianças enquanto faz a patrulha a pé, em Mogadíscio.

AMISOM

Um grande inquérito de oficiais não comissionados e oficiais comissionados concluiu que 84% disse ter tido um mentor no decurso das suas carreiras. Estas não têm de ser necessariamente relações de superior-subordinado. Elas podem ser entre pares.

“Um conselheiro de confiança desempenha um papel significativo para moldar o carácter e o desenvolvimento de um soldado,” escreveu o Exército dos EUA. “Os mentores podem ajudar em estágios diferentes da carreira de um soldado; um soldado júnior que procura tornar-se um oficial não comissionado até quando estiver pronto para reformar-se para a vida civil.”

Aprender também não é um caminho de via única. “Os mentores também aprendem dos seus mentorados; um mentorado pode ser um líder e não sequer se

aperceber,” disse Cris Arduser, gestor de programas do Programa de Apoio à Mentoria do Exército dos EUA. “Parte do que fazem os mentores é ajudar o mentorado a compreender as habilidades de liderança que ele já possui e como trabalhar com essas habilidades para criar o seu próprio estilo de liderança.”

TRATADO COMO UM PROFISSIONAL

Quando uma quebra no profissionalismo ou um lapso ético ocorre, geralmente não está isolado. Faz parte de uma falha sistémica. Os soldados que pilham ou aceitam subornos, muitas vezes, afirmam que não são pagos adequadamente. Os soldados que abandonam os seus postos ou recusam-se a seguir os comandos, por vezes, dizem não terem equipamento suficiente. E aqueles que subvertem a cadeia de comando afirmam que o processo de selecção para a promoção foi corrupto ou não é justo.

Nos países onde houve golpes de Estado, disse Aning, é comum que coisas como o recrutamento e a selecção estejam ligados à etnicidade e filiação política. Isso causa um efeito corrosivo no exército.

“Com o tempo, o ethos institucional fica prejudicado,” disse. “A tomada de decisões políticas e as afiliações começam a desempenhar um papel crítico. E, eventualmente, aquela relação orgânica entre a liderança política e o estabelecimento militar começa a quebrar-se.”

Um sistema quebrado pode levar a um comportamento não ético por parte do exército.

“Muita gente no exército começa a sentir como se aqueles que deviam estar a liderá-los não falam a seu favor,” disse Aning. “Ficam mais preocupados em falar com os seus mestres políticos. E quando esta quebra acontece internamente, no seio das forças armadas, os problemas de comando e controlo começam a quebrar-se, as questões de desrespeito pela autoridade civil começam a quebrar-se.”

Os investigadores da área de ética acreditam que o Estado pode possuir uma obrigação para com os seus soldados assim como os soldados para com o Estado.

“É confiado ao exército um poder violento pelo Estado que este defende,” escreveu Kula Ishmael Theletsane, da Universidade de Stellenbosch, na África do Sul. “O Estado, por conseguinte, deve ser capaz de confiar ao seu exército a sua segurança. Quando o exército age sob a autoridade do Estado, a imagem do Estado também depende da reputação internacional do exército.”

O treino com ética ao longo da carreira ajuda os soldados a tomarem estas decisões, particularmente nas missões complexas de manutenção da paz, de prestação de ajuda humanitária e de combate aos insurgentes.

“Os líderes militares devem ser capazes de alternar cognitivamente entre aplicar força coerciva e empregar força restrita, entre garantir a segurança dos interesses do país e os interesses da comunidade internacional,” escreveu Theletsane. “A ética prepara os oficiais para liderarem as forças armadas em situações tão ambíguas como estas.” □





PILOTO SÉNIOR CYDNIE WILLIAMS/FORÇA AÉREA DOS EUA

CRIANDO CONFIANÇA ATRAVÉS DO **ATENDIMENTO MÉDICO**

EQUIPA DA ADF

Profissionais militares têm um papel a desempenhar no bem-estar dos seus cidadãos. Uma forma através da qual o pessoal militar pode demonstrar o seu compromisso é através de programas de acção cívica médica (MEDCAP). Estes programas geralmente são realizados durante os treinos conjuntos ou multilaterais e nas missões de manutenção da paz. Eles servem como hospitais de campanha temporários para fornecer serviços médicos às populações locais. No dia 31 de Agosto de 2022, o pessoal das Forças Armadas do Gana, do 6º Batalhão de Infantaria, participou num número de MEDCAP, em Yendi, onde os soldados, como este enfermeiro ganense, realizaram exames oculares e prestaram outros serviços.



DESLIGAMENTOS DE INTERNET RARAMENTE SÃO EFICAZES

A HISTÓRIA RECENTE DEMONSTRA QUE OS DESLIGAMENTOS E A CENSURA AUMENTAM A IRA E A INSTABILIDADE

EQUIPA DA ADF

Quando irrompeu a guerra na região de Tigré, norte da Etiópia, em 2020, o Primeiro-Ministro, Abiy Ahmed, rapidamente ordenou que se interrompessem as ligações de internet e de telefone.

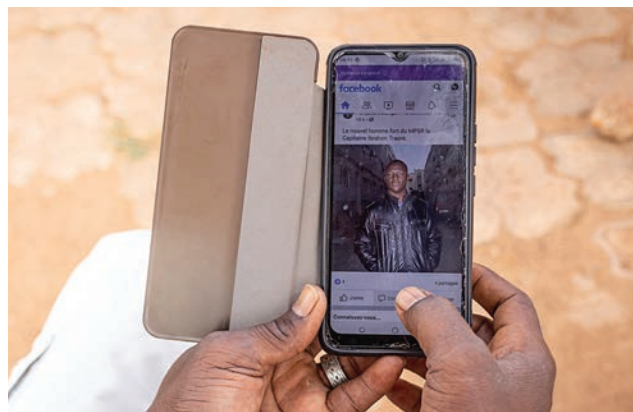
A ordem de Abiy lançou a região de Tigré para um apagão de informação, fazendo com que fosse quase impossível, para o resto do país e do mundo, saber o que estava a acontecer lá enquanto os confrontos e as violações de direitos humanos aumentavam.

A ordem de Abiy contrariou o progresso democrático que decorria no país. Também serviu de catalisador para mais protestos e confrontos.

“É como se tivessem feito voltar 30 anos o relógio,” Eyassu Gebreanenia, um residente da cidade tigrinha de Mekelle, disse à Reuters. “As pessoas estão a sofrer — mas pode ser que vocês não saibam disso porque estamos desligados do mundo. É muito deprimente.”

Desde que Abiy assumiu o poder, em 2018, a Etiópia já experimentou vários desligamentos de internet, incluindo oito somente em 2019. Estes desligamentos, muitas vezes, são justificados citando a segurança nacional ou a necessidade de combate ao terrorismo — motivos que os grupos de defesa de direitos humanos contestam.

Abiy não é o único que utiliza desligamentos da internet contra os seus cidadãos. Desde que a Guiné se



Um homem no Burkina Faso utiliza o seu telemóvel para obter informação sobre um golpe de Estado naquele país. AFP/GETTY IMAGES

tornou no primeiro país africano a impor um apagão de internet, em 2007, apagões totais ou parciais ou a redução deliberada da velocidade do acesso, conhecido como estrangulamento, tornaram-se comuns. Em muitos casos, os líderes utilizam essas táticas para exercer controlo, particularmente diante de protestos, instabilidade civil ou para a supressão de oponentes políticos.

De acordo com o defensor da liberdade de internet, SurfShark, 80% da população do continente sentiu o



impacto dos desligamentos da internet ou das redes sociais nos últimos anos. Das 90 interrupções que a SurfShark registou em toda a África, 66 estavam relacionadas com protestos ou aquilo que o grupo designou de agitação política.

Os defensores da internet inventaram um termo para designar estas táticas online: repressão digital.

EFEITOS IMPREVISÍVEIS

Os apagões da internet espelham uma técnica de décadas atrás de silenciar a discordância através do desligamento de estações de radiodifusão e encerramento de canais de media impressos. Mas os desligamentos modernos possuem um impacto ainda maior do que os dos passados anos.

“Os desligamentos das redes causam uma série de efeitos em cascata, muitas vezes, imprevisíveis sobre os direitos humanos e o desenvolvimento económico,” escreveram os investigadores Moses Karanja e Nicholas Opiyo. Eles são co-autores, juntamente com Jan Rydzak, de um artigo sobre desligamento da internet e protestos, recentemente publicado no jornal académico *International Journal of Communication*.

Interrompendo o comércio online, os desligamentos da internet podem causar bilhões de dólares em danos para as economias nacionais. O analista online, NetBlocks, estima que o bloqueamento do Twitter, em 2021, pelo Presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari, lesou o país em 1,6 bilhões de dólares em

Uma mulher compra jornais em Argel, Argélia. História recente demonstra que os esforços do governo de silenciar os canais de media independentes e restringir a liberdade de expressão são ineficazes e impopulares. REUTERS

perdas económicas e obstruiu o acesso à informação de saúde vital relacionada com a pandemia da COVID-19.

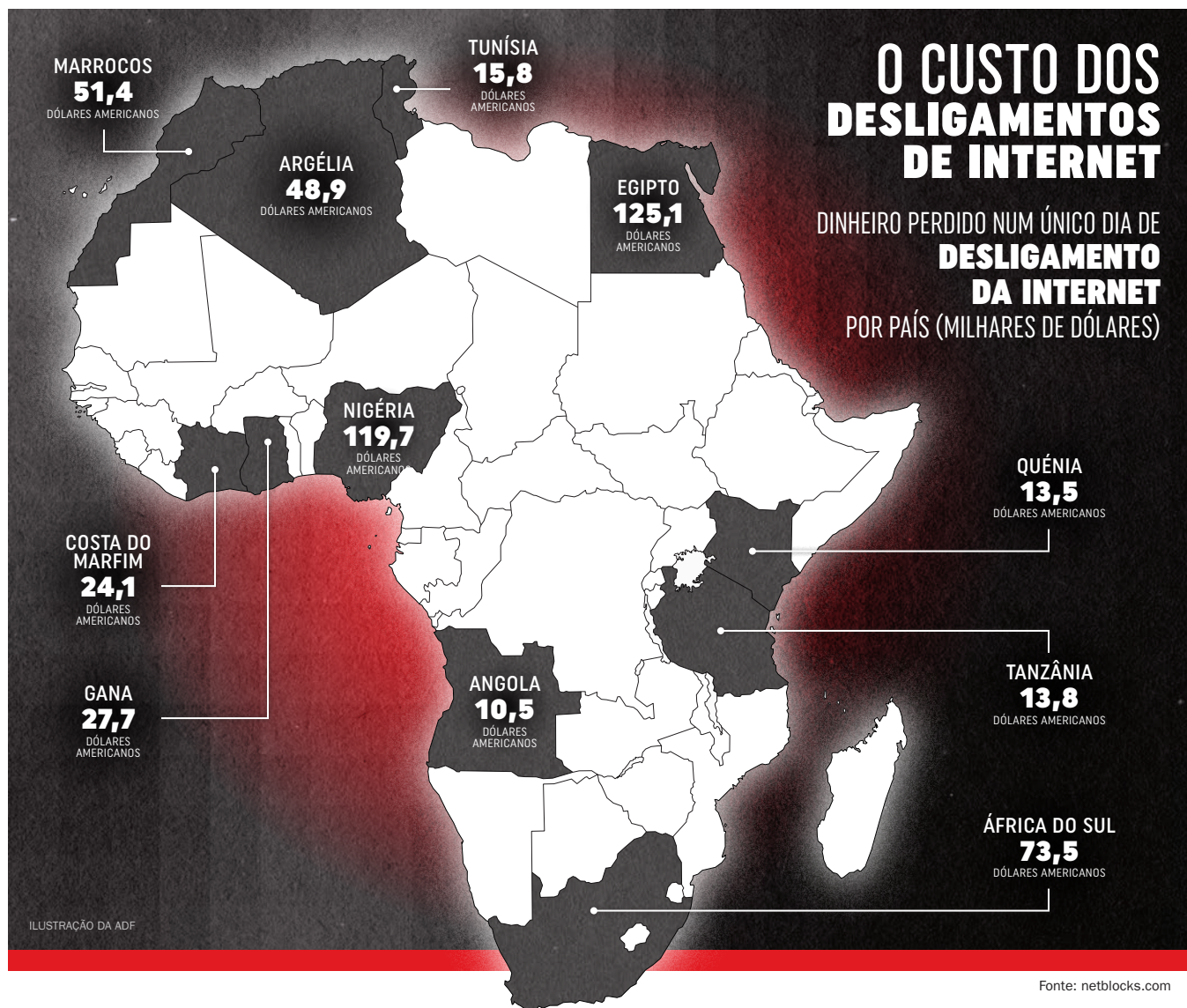
A perda de negócios e as interrupções da vida diária podem ter efeitos secundários de expandir os movimentos de protestos em vez de silenciá-los.

Durante um dos três apagões de internet do Burkina Faso, em 2021, o estudante universitário Ali Dayorgo disse à Voz América que os desligamentos impediram-no de trabalhar e fizeram com que se simpatizasse com os protestos que decorriam contra o então governo.

“Eu sinto a ira dos jovens,” disse Dayorgo.

Num golpe contra uma forma de repressão digital, o Tribunal Supremo do Zimbábue reverteu o apagão de internet do governo, no início de 2019, que tinha intenção de suprimir os protestos relacionados com o aumento dos preços de combustível.

O tribunal decidiu que o governo não tinha autoridade para instituir o apagão, que os oponentes argumentam que tinha sido imposto para fazer a censura das notícias sobre a resposta dura do governo contra os protestos.



ESTRATÉGIAS MAIS SÁBIAS

Quando os líderes entendem os efeitos negativos dos desligamentos generalizados da internet, eles tomam medidas mais subtis para exercer controlo e suprimir a discordância.

Cada vez mais, as leis de combate ao terrorismo tornaram-se o método preferido dos líderes autoritários para fazer a monitoria do uso da internet dos seus cidadãos, rastrear os seus movimentos e, em alguns casos, agir contra os seus opositores políticos — actos que os defensores do uso da internet denunciam como sendo uma violação da privacidade e dos direitos humanos.

“Vários governos africanos abraçaram o autoritarismo digital caracterizado por medidas agressivas e sofisticadas que restringem as liberdades da internet,” investigador Paul Kimumwe escreveu numa reportagem da Colaboração em Política Internacional de TIC para a África Oriental e Austral (CIPESA, em inglês). Kimumwe escreveu sobre a repressão digital no Uganda.

A adopção rápida da tecnologia digital por África demonstrou ser uma espada de dois gumes, de acordo com Kimumwe. Mesmo numa altura em que a



Governos podem determinar os seus esforços de censura, através do estrangulamento do fluxo de informação de e para smartphones.

AFP/GETTY IMAGES

digitalização se expande, a capacidade de as pessoas aprenderem, ganharem dinheiro e se organizarem também oferece aos governos mais ferramentas para controlar os seus cidadãos, muitas vezes, através de



OS DESLIGAMENTOS DA INTERNET PODEM OBRIGAR
AS PESSOAS A FORTALECEREM AS SUAS REDES
OFFLINE PARA OBTER INFORMAÇÃO E, EM CASO DE
PROTESTOS, DESENVOLVEREM RESISTÊNCIA.



automatizações e a todo o momento.

“Embora a vigilância do Estado não seja nova, ela expandiu-se drasticamente com o aumento da digitalização,” escreveu Kimumwe no relatório da CIPESA.

Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Uganda e Zâmbia promulgaram leis com vista a confrontar a criminalidade e o terrorismo online, que também facilitam que o governo rastreie e faça repressão de actividades legítimas, de acordo com Kimumwe.

O Lesoto, por exemplo, exige que os fornecedores de serviços da internet canalizem o tráfego de internet através da Autoridade de Comunicação do Lesoto, onde este pode fazer a monitoria em tempo real, uma acção que perpetua a invasão da privacidade dos cidadãos pelo governo, escreveu Kimumwe.

No Uganda e na Zâmbia, funcionários de empresas que não se conformam com as leis das comunicações enfrentam grandes multas e cumprimento de pena de prisão. Tais penalizações elevadas podem obrigar os fornecedores de serviços a conformarem-se mesmo quando acreditarem que tais solicitações são legalmente duvidosas, de acordo com Kimumwe.

Com a rápida propagação da tecnologia móvel, os governos estão a tornar-se cada vez mais especialistas nas formas através das quais lidam com os desligamentos da internet.

Em vez de impor bloqueios gerais, os governos agora têm como alvo dos seus esforços de censura certos tipos de tecnologia. Eles podem, com recurso a throttling, reduzindo a velocidade do fluxo de informação de e para smartphones dos protestantes enquanto deixam os desktops nos escritórios das empresas intactos.

“O estrangulamento pode ser atribuído ao desejo de evitar escândalos sociais e reacções políticas por interromper as ligações enquanto se limita o que pode ser alcançado nas plataformas,” escreveram Karanja, Opiyo e Rydzak.

UM SINAL DE FRAQUEZA

Os analistas afirmam que a natureza inconstante da repressão digital não esconde um facto simples: os desligamentos e a censura motivada por razões políticas são um sinal de fraqueza do governo.

Em termos mais simples, governos fracos reprimem actividade online de que não gostam, de acordo com o autor Stephen Feldstein, que abordou a questão da censura digital no mundo no seu livro de 2021 intitulado “O Surgimento da Repressão Digital.”

Um indício importante da repressão digital é o estilo de governo, de acordo com Feldstein.

“Quanto mais autoritário um regime é, mais provável é que dependa destas técnicas,” disse Feldstein durante um debate sobre a repressão digital organizado pelo Carnegie Endowment for International Peace.

Paradoxalmente, os governos que apertam o cerco contra as vidas electrónicas dos seus cidadãos prejudicam a sua própria autoridade, obrigando que as pessoas encontrem formas de contornar os desligamentos.

Este foi o caso do apagão do Twitter na Nigéria. Milhares de utilizadores do Twitter contornaram o apagão, utilizando redes privadas virtuais ou VPNs para acederem à internet através de outros canais.

Os desligamentos extensivos das redes sociais nos Camarões (93 dias) e no Chade (16 meses) não foram capazes de impedir que os cidadãos contornassem os apagões e os revelassem ao mundo e exigissem uma mudança.



O acesso à internet é uma ferramenta essencial de comunicação nas empresas e instituições de ensino. AFP/GETTY IMAGES

Os desligamentos da internet podem obrigar as pessoas a fortalecerem as suas redes offline para obter informação e, em caso de protestos, desenvolverem resistência. Ao impedir que as pessoas tenham um espaço online para transmitirem as suas opiniões, os governos autoritários podem, na verdade, obrigar que estas energias saiam para as ruas, onde se podem tornar violentas.

O desligamento das redes sociais da Etiópia, que tinha como alvo as regiões de Amhara e Oromia, em 2017, “fracassou completamente, não tendo sido capaz de impedir os padrões de protestos que o causaram,” observaram os investigadores. Em vez disso, ao obrigar os protestantes a estarem offline, os desligamentos vieram com um aumento nos confrontos étnicos.

Em vez de seguir uma abordagem adversa ao uso da internet pelos cidadãos, afirmam os especialistas da área de comunicações, os governos africanos podem colaborar em leis que protegem a liberdade de expressão e o acesso à informação, enquanto bloqueiam os grupos terroristas e as ameaças à estabilidade.

O ganho a curto prazo do estrangulamento ou do desligamento da internet é muito menor em relação ao prejuízo económico e à agitação social que estas acções causam, afirmam os investigadores.

“Desligar as redes de comunicações não é uma garantia de sucesso para reprimir os protestos,” escreveram Karanja, Opiyo e Rydzak. □

SERVINDO

com

PRINCÍPIOS



MÉRITO, RELAÇÕES CIVIS-MILITARES FORTES E FALTA DE CORRUPÇÃO SÃO FUNDAMENTAIS PARA EVITAR OS GOLPES DE ESTADO

EQUIPA DA ADF

Os golpes de Estado e as tentativas de golpe de Estado reapareceram no continente nos últimos anos. Face a violência extremista, a interferência estrangeira e a instabilidade política, os exércitos podem prevenir os golpes de Estado, reforçando os seus princípios profissionais.

Esses princípios são o fundamento que ajudou as forças de segurança a preservarem a paz e apoiarem os governos democráticos por tanto tempo em muitos países.

Embora não exista garantia de que um país possa evitar uma mudança inconstitucional no governo, existem certas medidas de reforma do sector de segurança que as organizações podem tomar para reduzir a possibilidade de um golpe de Estado.

Abaixo encontram-se recomendações de especialistas sobre iniciativas de reforma que podem ser implementadas para fomentar estabilidade e profissionalismo nas fileiras e ainda reduzir a possibilidade de um golpe de Estado militar. A lista não é exaustiva, mas, se for implementada de forma colectiva, as recomendações podem ajudar os países a preservar uma governação forte e civil e ainda ajudá-los a evitar cair na “armadilha dos golpes de Estado.”

NOMEAR GENERAIS COM BASE NO MÉRITO:

Quando os líderes acumulam os escalões superiores dos seus exércitos com nomeados políticos que agem como funcionários, isso pode levar a um ressentimento no seio das fileiras. Os generais e os oficiais superiores que ascendem com base na experiência, no mérito e na longevidade têm maior probabilidade de ter respeito dos soldados rasos. Eles também estão atentos às insatisfações institucionais antes de subirem para o nível de golpe de Estado.

Para além disso, quando os comandantes do ramo são escolhidos com base em preocupações políticas, étnicas ou financeiras, isso subverte o processo e a cultura de promoção da instituição militar. Também envia uma mensagem para o exército de que os oficiais superiores



Mais de 1.000 recrutas da Força Aérea Nigeriana participam num desfile, depois de concluir a formação básica no Centro de Formação Militar de Kaduna. FORÇA AÉREA NIGERIANA

estão a servir necessidades políticas e não necessidades de segurança e nacionais.

Escolher líderes desta forma pode levar a uma impressão de incompetência a nível do comando sénior e insatisfação entre os oficiais juniores. Alguns dos golpes de Estados mais recentes do continente foram levados a cabo por oficiais juniores que citaram a insatisfação com seus líderes militares seniores do país.

Um exército politizado envia uma mensagem para o público de que uma transferência pacífica de poder através de eleições não é possível. “Se o exército assume posições partidárias ou exerce lealdades partidárias, os eleitores podem razoavelmente assumir que o partido da oposição não é capaz de controlar o exército caso ganhe as eleições,” escreveu Alice Hunt Friend, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Friend enfatizou que o público deve saber que as decisões sobre o financiamento, o tamanho e o uso do exército são impulsionadas por interesse nacional e não por partidos políticos. “O exército serve a Constituição, através da obediência a oficiais civis democraticamente eleitos sem consideração pelo partido político ou posições ou cargos partidários,” escreveu Friend.

“Esta ideia subscreve a transferência pacífica de poder entre administrações presidenciais.”

ACABAR COM EMPILHAMENTO ÉTNICO: Um subagrupamento mais específico de nomeações militares políticas não saudáveis envolve a prática conhecida como “empilhamento étnico.” Com esta tática, o líder de um país deliberadamente preenche os escalões militares do topo com oficiais da sua própria etnia. O pensamento é que cercar-se de pessoas semelhantes a si irá mantê-lo isolado de responsabilização pública e críticas.

A verdade, contudo, é que a prática quase que inevitavelmente leva à corrupção e má governação, que, em última instância, deixam o líder político mais vulnerável.

Estudiosos dedicaram uma atenção considerável ao empilhamento ético, ligando-o à repressão autoritária, aos golpes de Estado e à violência política. Um bom exemplo desta prática ocorreu no antigo país africano, Zaire, agora República Democrática do Congo. Mobutu Sese Seko praticou o empilhamento no seu corpo de oficiais com homens Ngbandi, da sua região nativa do Equador, depois de ter assumido o poder como presidente em 1965. Na altura em que terminou o mandato de Mobutu, 30 anos depois, homens da sua linhagem do Equador representavam cerca de 80% do seu corpo de oficiais. O período do mandato de Mobutu foi prorrogado por esta prática, mas o seu legado foi de corrupção, exploração económica e inflação descontrolada.

A Dra. Kristen Harkness, investigadora da Universidade de St. Andrews, na Escócia, concluiu que, quando as eleições trazem um novo líder que é etnicamente diferente de um exército construído etnicamente, o risco de um golpe de Estado militar aumenta de 20% para cerca de 90%.

O empilhamento étnico apenas funciona se os objetivos de um líder forem de permanecer no poder. Uma governação boa e estável é mais provável com um exército etnicamente diverso, que representa de forma justa a população civil. O Quênia e a África do Sul têm, respectivamente, quotas étnicas e raciais que asseguram a diversidade e a representação proporcional.

SER APOLÍTICO: Uma outra tática semelhante ao empilhamento étnico e à nomeação política sem mérito é a prática de um novo líder exonerar os líderes militares seniores ao assumir o poder. Os profissionais militares não podem impedir que isso aconteça durante a mudança de administração política. Mas eles podem prevenir a sua probabilidade, demonstrando justiça, imparcialidade política e apoio às autoridades civis.

Os comandantes nigerianos foram um modelo de apoio antes e depois de alguns gabinetes e instalações da



A Força de Defesa Nacional da África do Sul utiliza quotas raciais para garantir a diversidade e a representação proporcional. AFP/GETTY IMAGES





Quando as eleições federais de 2023 se aproximavam, o Exército Nigeriano alertou os seus soldados para serem apolíticos.

AFP/GETTY IMAGES



Soldados tunisinos recusaram-se a intervir a favor do presidente durante os protestos de 2011. GETTY IMAGES

Comissão Nacional de Eleições Independente terem sido atacadas, em finais de 2022, na corrida para as eleições nacionais, em Fevereiro de 2023. Alguma instabilidade e controvérsia precederam a votação, fazendo com que os comandantes e o Presidente Muhammadu Buhari falassem sobre a importância de as forças de segurança respeitarem o governo e a autoridade civil.

O Major-General da Nigéria, Aminu Chinade, Oficial-General comandante da 2ª Divisão do Exército da Nigéria, alertou os soldados, em Outubro de 2022, para não conspirarem com políticos e partidos a fim de influenciar as eleições que se avizinhavam. Fazer isso, disse, iria reflectir de forma negativa no exército nigeriano, de acordo com Peoples Gazette, um site de notícias online com sede em Abuja.

“Fico encorajado pelo vosso comportamento e conduta profissional,” Chinade disse aos soldados da 4ª Brigada da Cidade do Benin, de acordo com Peoples Gazette. “Quero implorar que vocês trabalhem estreitamente ligados às comunidades anfitriãs e para contribuírem para a segurança de vidas e de propriedades da área, principalmente neste período de eleições.”

Ele continuou: “Sejam apolíticos para não mancharem a vossa carreira. Sempre que forem solicitados durante as eleições, devem ser neutros e apolíticos.”

Buhari partilhou pessoalmente uma mensagem semelhante, em finais de Dezembro de 2022. “Eu deixei bem claro para as agências de segurança que eles têm a responsabilidade de ser apolíticos em todas as ocasiões. Sob nenhuma circunstância, devem envolver-se em algo que possa comprometer o processo democrático ou trazer uma má reputação para as suas instituições e para a Nigéria,” disse ele, de acordo com Voice of Nigeria.

PRIORIZAR O ENSINO MILITAR PROFISSIONAL:

Em termos gerais, um exército educado é um exército mais profissional. Existem mais de 118 instituições de

Ensino Militar Profissional (EMP) no continente, dando aos países africanos uma boa base a partir da qual podem melhorar o desenvolvimento profissional. Contudo, nem todos os países têm instituições de EMP e alguns deles apenas têm academias militares de nível de entrada, que conferem ensino e formação básica aos soldados e oficiais. Muitos exércitos do mundo estão a investir em EMP ao longo da carreira de um oficial em reconhecimento à expansão do âmbito profissional e às complexidades ganhas com o avanço no escalão. Garantir oportunidades de EMP básicas, intermediárias e seniores, através de escolas nos países anfitriões ou nos países parceiros, constitui uma oportunidade para reforçar a ética profissional e inculcar respeito pelas relações civis-militares. De acordo com um relatório do Centro de Estudos Estratégicos de África (ACSS), as instituições de EMP podem reforçar os compromissos institucionais para a governação democrática e as relações civis-militares fortes.

Para além disso, um bom EMP pode fortalecer a segurança do cidadão, formar visões estratégicas e fomentar um sentido de serviço entre os oficiais.

Contudo, o relatório do ACSS enfatiza que a mera presença de instituições de EMP não garante, por si só, um exército profissional. “Em vez disso, maior atenção é necessária para fortalecer os currículos e a cultura no seio do EMP quanto aos valores das relações civis-militares democráticas e um exército apolítico,” afirma o relatório. “Ao fazer isso, o prestígio das instituições de EMP pode ser melhorado e os graduados irão ganhar uma responsabilidade enorme a si atribuída para empunhar armas e proteger os cidadãos.”

EVITAR A CRIAÇÃO DE UNIDADES ILEGAIS: A

criação de unidades de elite especiais como guardas presidenciais e republicanos que existem fora das estruturas de comando normais do exército de um país, muitas vezes,



Estudantes nigerianos participam no curso de operações de apoio à paz no Centro Internacional de Liderança e Manutenção da Paz Martin Luther Agwai, em Jaji. CENTRO INTERNACIONAL DE LIDERANÇA E MANUTENÇÃO DA PAZ MARTIN LUTHER AGWAI

fomenta o ressentimento, a confusão e cria divisões. Estas entidades “subestatais,” muitas vezes, respondem apenas ao presidente do país, tornando-se, por conseguinte, prejudiciais para a unidade nacional e fortalecendo lealdades partidárias ou étnicas em detrimento da sociedade como um todo.

Em troca de fidelidade excepcional, os membros de unidades de elite especiais recebem melhores tratamentos, melhores pagamentos, formação melhorada e equipamento mais sofisticado, enquanto os soldados rasos normais assistem.

De forma irónica, a proximidade da guarda presidencial republicana com a liderança nacional e a sua falta de responsabilização nacional fazem com que ela seja uma força unicamente pressionada para realizar um golpe de Estado se os seus membros perceberem que a sua sorte ou os seus poderes estão quase a mudar.

“A presença de guardas presidenciais é um denominador comum recorrente por detrás de impulsionadores de golpes de Estado militares,” de acordo com um relatório

de 2016, do Instituto de Estudos de Segurança da UE. “Por virtude do facto de que eles se subordinam directamente aos presidentes, estes guardas ‘pretorianos’ são desligados da cadeia de comando militar normal, criando, desta forma, disparidades em termos de estatuto e acesso ao patronato político.”

Um exemplo recente deste fenómeno aconteceu na Tunísia, sob o governo do Presidente Zine El Abidine Ben Ali, que fugiu durante os protestos da Primavera Árabe, em 2011. Ben Ali favoreceu a sua força policial nacional, a guarda presidencial e a guarda nacional, em detrimento das forças armadas no geral.

Décadas antes, Félix Houphouët-Boigny, o primeiro presidente da Costa do Marfim, começou o seu governo de 33 anos, reduzindo o tamanho do exército e formando uma milícia leal ao seu partido, composta, na essência, por pessoas do seu próprio grupo étnico. Como resultado, alguns oficiais recebiam pagamentos desproporcionais, cargos no partido no poder e outros ganhos. Isso preparou o caminho para uma futura instabilidade. □

APROFUNDANDO UMA CULTURA DE PROFISSIONALISMO MILITAR

**Forças Armadas Educadas e Geridas por Civis
Constituem Uma Presença Estabilizadora em Qualquer País**

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Nos bastidores da Cimeira de Líderes EUA-África, em Washington DC, o Centro de Estudos Estratégicos de África realizou um diálogo com oficiais seniores de segurança africanos, no dia 14 de Dezembro de 2022. A ADF editou o relatório do ACSS em termos de extensão e para se adequar ao formato da revista.

“As forças armadas, em muitos países africanos, representam uma ameaça à segurança pela sua falta de profissionalismo militar.”

Esta foi a avaliação do General Mbaye Cissé, conselheiro nacional de segurança do presidente do Senegal, quando proferia um discurso perante os oficiais de segurança seniores de 30 países africanos num diálogo, no Centro de Estudos Estratégicos de África (ACSS), debatendo o profissionalismo e a educação militar, no dia 14 de Dezembro de 2022.

Para além do discurso de Cissé, o diálogo contou com subsídios da Secretária do Exército dos EUA, Christine Wormuth, e do comandante do Comando dos Estados Unidos para a África, General Michael Langley.

Entre 2020 e finais de 2022, África experimentou sete golpes de Estado militares e seis tentativas de golpe de Estado, subvertendo a tendência de duas décadas de redução de golpes de Estado no continente. Em risco está um regresso ao período conhecido como as “décadas perdidas” de África,



AFP/GETTY IMAGES



uma era que parte de 1960 a 1990, que experimentou 82 golpes de Estado e foi caracterizada por má governação, desenvolvimento estagnado, corrupção, impunidade e instabilidade.

Alarmado pelo crescente número de recentes golpes de Estado, a União Africana promoveu uma cimeira sobre a questão, em Maio de 2022.

Em Dezembro de 2022, os líderes da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) comprometeram-se em criar uma força regional para restaurar a ordem constitucional nos Estados-membros que enfrentam golpes de Estado.

O profissionalismo militar é uma forma de garantir segurança de forma eficaz para os cidadãos, de um modo que haja o Estado de direito e salvguarde os direitos humanos. Para se alcançar isso, é necessário haver ligações fortes com as comunidades locais e um compromisso de formar as forças armadas sobre as suas responsabilidades para com a sociedade.

Cissé disse que “existe uma correlação entre a eficácia do exército e a relação entre o exército de um país e o público.” A fundamentação é que o apoio militar de interesses da comunidade edifica a confiança. Esta confiança mitiga o surgimento do extremismo violento e facilita mais respostas eficazes contra as ameaças à segurança. “Um exército que não investe na educação e na ética para com a população paga o preço em termos de segurança,” acrescentou.

Legado de Repressão

O profissionalismo pode ser um desafio particular para os exércitos africanos por causa do legado do colonialismo. “Um aspecto da herança do colonialismo é que a principal missão das forças de segurança era a repressão,” disse Cissé. “As forças não estavam unidas, eram artificiais e

estavam muito presentes na arena política. Esta é uma desvantagem contínua.”

Por esta razão, os líderes das forças do exército do continente devem fazer um esforço dedicado para fortalecer e sustentar o profissionalismo militar. Este profissionalismo não emerge por acaso, mas é um resultado de dedicação. Deve ser reforçado, refinado e perpetuado constantemente.

Algo central para a criação de uma cultura de profissionalismo no exército é fomentar no seio dos soldados, desde o escalão mais baixo até ao oficial de maior patente, os valores e princípios fundamentais da sociedade. Valores como a integridade, honra, experiência, sacrifício e respeito pelos cidadãos não emergem necessariamente de forma natural, mas devem ser ensinados e actualizados de forma regular.

Aproximadamente todos os exércitos fornecem treinos e exercícios táticos, criando competências fundamentais. Contudo, muitos têm falta de uma estratégia intencional para criar um conjunto de valores fundamentais. A criação de tais valores partilhados tem um efeito modificador poderoso, amplificando a coesão e a eficácia das forças.

Wormuth observou que no exército dos EUA, oficiais-generais regularmente participam em programas de desenvolvimento profissional, incluindo um processo contínuo de fomentar os valores do profissionalismo e criar oportunidades de desenvolvimento de liderança para os subordinados.

Cissé destacou “a importância de ensinar aos oficiais do exército o valor da democracia e o papel de um exército no seio de uma sociedade democrática.” Estes valores devem ser aprendidos e não podem ser menosprezados, especialmente em países sem uma tradição democrática forte.

Existe um papel da comunidade democrática internacional de ajudar a lançar a democracia e o ethos do



Soldados da União Africana trabalham no detalhe de segurança em Mogadíscio, Somália, durante as eleições presidenciais de 2022.

AFP/GETTY IMAGES

profissionalismo militar em África, disse Cissé. “Quando as organizações regionais africanas impõem sanções contra os golpes de Estado, é importante que as comunidades democráticas internacionais sigam o mesmo passo e apoiem as sanções.”

O Senegal enfatizou os serviços públicos como um valor fundamental, através da sua “armée-nation,” o envolvimento do seu exército em projectos de infra-estruturas, saúde e educação a nível comunitário. Ao apoiar a segurança humana, o exército também está a reforçar as normas de comportamento ético para com os cidadãos.

Incorporando Valores

O ensino militar profissional (EMP) é um veículo primário através do qual o ethos do profissionalismo militar pode ser institucionalizado. Diferentemente da formação, que se centra em habilidades táticas e proficiências operacionais, o EMP visa cultivar liderança, visão estratégica e valores éticos.

A experiência de Langley é de que o EMP é particularmente vital para “enfatizar os valores democráticos, incluindo promover o Estado de direito, especialmente em conflitos.” Da mesma forma, o EMP é fundamental para incutir o respeito pelo controlo civil. Os dois são complementares, visto vez que a liderança e os valores ganhos através do EMP possibilitam que os oficiais do exército sejam bons conselheiros de líderes civis.

Cissé disse que “sem o EMP, não haverá estabilidade.” Ele alertou que o EMP deve centrar-se nas prioridades fundamentais de uma sociedade. Eles precisam de ser práticos e relevantes para o contexto nacional. No Senegal, sente ele, o EMP constitui um meio essencial para a criação de um exército que defende as instituições democráticas.

O recrutamento e a promoção baseados no mérito constituem um outro meio através do qual o profissionalismo militar pode ser institucionalizado. O padrão de recrutamento predominantemente a partir dos laços étnicos do presidente, visto em alguns exércitos africanos, cria uma cadeia de comando mais leal ao presidente do que à Constituição.

Forças armadas com preconceito étnico não têm confiança popular, legitimidade e competência das forças baseadas no mérito, o que impede a sua eficácia. A selecção para as instituições do EMP, disse Cissé, tem de ser baseada no mérito, com exames em que os oficiais devem passar para serem promovidos.

Cissé caracterizou o recente retrocesso do profissionalismo militar em África como uma prova de que o EMP precisa de ser reavaliado e reorientado.

“Temos muitas academias de EMP em África, mas precisamos de repensar o conteúdo que elas ensinam,” disse. “Neste sentido, os institutos de EMP não são suficientes. Nem existem recursos suficientes disponíveis para os apoiar.”

Os líderes civis e militares possuem papéis fundamentais para garantir a tomada de decisões de forma segura,

Um Exército Profissional é Um Activo

Num relatório de 2015, “As Forças Armadas: Papéis e Responsabilidades de Uma Boa Governação do Sector de Segurança,” o Centro de Genebra para Governação do Sector de Segurança alistou os seguintes benefícios de ter um exército profissional:

- Provisão mais eficaz de segurança nacional e dos cidadãos.
- Oficiais militares politicamente neutros.
- Forças armadas nacionais e republicanas.
- Visão, missão e papel de cada organização de segurança claramente definido.
- Maior capacidade de resposta às prioridades de segurança nacional.
- Mais eficiência no alinhamento e no uso de recursos e maior apoio legislativo e público para financiar o exército.
- Forças de segurança que cumprem a lei, respeitam os direitos humanos e são responsáveis perante um código de conduta militar e uma supervisão civil.
- Melhoria da confiança pública, respeito e apoio pelas forças de segurança.



A partir da esquerda, Embaixador dos EUA, Andrew Young, Coronel Leon-Rodance Ndinga, da República do Congo, e General Michael Langley, comandante do Comando dos Estados Unidos para África, participam numa cimeira sobre o profissionalismo militar, na Universidade de Defesa Nacional, em Washington DC.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

embora sejam diferentes e complementares. Os líderes civis democraticamente eleitos são responsáveis por estabelecer uma visão estratégica e política para os interesses de segurança de um país. Os líderes militares são, por conseguinte, responsáveis por implementar esta orientação de forma tanto quanto eficaz e profissional possível. Os decisores finais são os líderes civis.

Cissé destacou a importância de o papel do exército ser claramente definido. “É a ausência de limites claros entre as arenas política e militar que leva ao decréscimo da estabilidade.”

Wormuth disse que “os civis trazem perspectivas diferentes e fazem perguntas diferentes em relação aos líderes militares. Os civis também trazem sensibilidades do mundo de fora para a tomada de decisões do exército.”

Por fim, “os líderes militares precisam de confiar na tomada de decisões dos civis,” de acordo com sistemas democráticos, disse Wormuth. “Os civis têm o direito de estar errados. A sua tarefa é tomar decisões — e posteriormente serem responsabilizados.”

De forma resumida, relações civis-militares eficazes são um processo de duas vias que exigem manutenção regular.



General Mbaye Cissé, conselheiro de segurança nacional do Presidente do Senegal, à direita, fala na Reunião da Mesa Redonda dos Embaixadores da Cimeira de Líderes de África na Universidade de Defesa Nacional, no dia 14 de Dezembro de 2022.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

A segurança é essencial para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento económico em África. Com a maior parte de conflitos africanos e ameaças à segurança dos cidadãos a emergirem de crises políticas domésticas, o profissionalismo militar pode ser um factor estabilizador indispensável.

“Queremos que os exércitos africanos sirvam o público,” disse Cissé. “Queremos que os exércitos africanos sejam autónomos, responsáveis e que respeitem os valores democráticos. Se não o fizerem, estaremos constantemente a reiniciar e não teremos estabilidade.” □

DITADORES ENFRAQUECEM OS SEUS PAÍSES



ILUSTRAÇÃO DA ADF

Os Críticos Consideram Governos Autoritários como ‘Um Modelo de Governação Inherentemente Defeituoso e Perigoso’

EQUIPA DA ADF

Os sistemas de governo democráticos são a escolha esmagadora do povo em África e outras partes. Quase 69% da população africana apoia a governação democrática e mais de 75% da população do continente rejeita o governo militar, de partido único e de uma única pessoa.

O mais recente inquérito da rede de pesquisas Afrobarometer confirma que a maior parte das pessoas simples continua inflexível na sua preferência pela democracia e nos equilíbrios do poder oferecidos por instituições democráticas.

Mas décadas de progresso democrático arduamente ganho estiveram sob ataque com o regresso de golpes militares, com alguns líderes a defenderem o governo autocrático do “Homem Forte.”

O governo do Homem Forte pode ser definido como uma forma de governação autocrática que é altamente personalizada e pouco restringida por instituições como sistema judiciário independente, representantes eleitos e imprensa livre ou organizações da sociedade civil.

Então, quais são as marcas deste estilo de governação e como pode ser evitado?

RAÍZES COLONIAIS

O governo do Homem Forte é um desenvolvimento da história colonial de África, caracterizado por um líder nomeado, que não tolera a discordância. Os detractores, muitas vezes, são presos e silenciados.

No seu livro de 2019, “África Autoritária: Repressão, Resistência e o Poder das Ideias,” Nic Cheeseman e Jonathan Fisher escreveram que o colonialismo ensinou aos líderes tradicionais que eles podiam operar sem verificações e equilíbrios e, em alguns casos, sem qualquer direito à liderança. Os líderes coloniais inspiraram os que pretendem ser homens fortes a manobrar fraudulentamente as eleições e invalidar os resultados se não forem do seu agrado.

O sistema colonial, muitas vezes, deixou os países recentemente independentes com poucas instituições duradouras. Deixaram uma cultura de corrupção, coerção, abuso perpetrado por agentes de aplicação da lei e desrespeito pela vida humana. Sem nenhum modelo para a construção de democracias, o espaço estava preparado

para que o Homem Forte pudesse emergir.

Para que um líder autoritário sobrevivesse, ele teria de implementar os mesmos mecanismos de opressão colonial como companheirismo, corrupção, subornos e violência.

Num relatório de 2016, os investigadores Camilla Houeland e Sean Jacobs, concordaram que o governo do Homem Forte é um produto directo do colonialismo.



Estudantes permanecem fora da Embaixada do Zaire em Bruxelas, Bélgica, em 1980, a protestar contra o governo do Presidente Mobutu Sese Seko. Seko foi presidente do Zaire, que agora é a República Democrática do Congo, de 1965 a 1997. REUTERS

“Os administradores coloniais utilizaram estruturas tradicionais africanas para ‘governo indirecto,’ mas os deformaram, através da promoção do poder do chefe ou do líder tradicional, em detrimento de mecanismos de controlos e equilíbrios pré-coloniais,” escreveram. “Os presidentes africanos pós-independência simplesmente aperfeiçoaram estes sistemas.”

As falhas do modelo do Homem Forte servem como uma narrativa de alerta para os líderes de golpes de Estado militares e de juntas que procuram prorrogar o seu governo. As falhas mais comuns do modelo resultam da falta de vontade e/ou capacidade para abordar os problemas políticos e económicos complexos que o país enfrenta.



Jean-Bedel Bokassa depôs o governo da República Centro-Africana num golpe de Estado, em 1966. Ele serviu como presidente do país por cerca de 11 anos antes de autodeclarar-se “Imperador da África Central.” Depois de três anos como imperador, foi deposto em 1979. THE ASSOCIATED PRESS

PODER NÃO CONTROLADO

Os líderes de golpes de Estado e o Homem Forte encontram formas de continuar no poder a todo o custo. Eles, muitas vezes, utilizam afirmações duvidosas de insegurança e fraudes eleitorais como uma forma de permanecerem no poder. Mas quanto mais tempo se apegam ao poder, mais propensos são a tornarem-se isolados e inclinados a tomar más decisões.

“Décadas no exercício de uma função podem fazer com que um líder sucumba à megalomania ou paranóia,” escreveu Gideon Rachman para o The Guardian, em Abril de 2022. “A eliminação de controlos e equilíbrios, a centralização do poder e a promoção de um culto à personalidade fazem com que seja mais provável que um líder cometa um erro desastroso.”

No seu estudo de 2020, “Quebrando o Ciclo do Governo do Homem Forte em África,” o investigador Corey Watson disse que, por vários motivos, como histórias de trabalhismo e colonialismo, o governo do Homem Forte ficou implantado em algumas partes da África Subsaariana.

“Virtualmente, todos os governantes escolhem cuidadosamente aqueles que estarão próximos deles com base no potencial para lealdade, muitas vezes, em detrimento de competência,” escreveu. “Estes podem ser membros da família, membros da sua tribo ou membros da sua terra natal. Alguns governantes, de forma pacífica, executam as ambições destas lealdades, alguns compensam e outros concedem uma rotatividade de entrada e saída do poder, outros governam por medo e coerção e outros simplesmente confiam neles.”

Em última instância, escreveu Watson, a fidelidade a um Homem Forte vem com o seu preço: “Se ninguém está a ser pago pela sua lealdade ao Homem Forte, então, não existe incentivo para permanecer leal.”

O investigador Goran Hyden, ao descrever os ditadores, disse, “Os tiranos governam através do medo. Eles premeiam agentes e colaboradores e transformam-nos em mercenários. A tirania, em poucas palavras,

destaca-se pela governação particularmente impulsiva, opressiva e brutal, que não tem respeito pelos direitos elementares das pessoas e bens.”

MÁS ALIANÇAS

O isolamento internacional, continental e regional resulta em opções diplomáticas ilimitadas para o Homem Forte. Quando opera num estágio global, ele encontra poucos parceiros disponíveis. Isso contribui para as mãos de alguns líderes globais que estão ansiosos por celebrar acordos com regimes párias.

Nos últimos anos, a Rússia procurou criar alianças com regimes autocráticos, em África, oferecendo armas e homens mercenários em troca de acesso a recursos naturais e outros favores.

“O Kremlin centrou-se em cortejar as elites: os senhores de guerra, os generais e os presidentes que governaram por um longo tempo, cujos desejos pessoais são mais simples e menos dispendiosos de satisfazer do que as necessidades dos seus povos ou das suas economias,” Simon Shuster escreveu para a revista Time.

À medida que a ligação cresce, o autocrata torna-se mais dependente da aliança para permanecer no poder. Isso aumenta a vantagem que países como a Rússia têm e o controlo que podem exercer.

“

Os tiranos governam através do medo. Eles premeiam agentes e colaboradores e transformam-nos em mercenários. A tirania, em poucas palavras, destaca-se pela governação particularmente impulsiva, opressiva e brutal.

~ Pesquisador Goran Hyden

”

INSTITUIÇÕES DECADENTES

O estilo de governação do Homem Forte não tende a levar a um governo eficiente. Para que os governos autocráticos resistam, eles devem depender de suborno, corrupção, companheirismo e violência. Isso pode ter efeitos de longo alcance sobre os esforços presentes e futuros da sociedade civil para a autogovernarão.

A gestão diária e a tomada de decisões de muitas instituições do Estado está fora do historial académico da maior parte dos homens fortes autocráticos. Áreas

como saneamento, ensino, produção de energia, finanças, políticas monetárias, comércio e investimentos requerem ensino superior e experiência que não se encontra nas salas de aulas do exército.

A corrupção tende a florescer neste ambiente. O autocrata premeia as lealdades com nomeações para cargos poderosos, e os nomeados, por sua vez, procuram enriquecer-se, através do seu cargo de autoridade.

No seu relatório de 2019 sobre a África Subsaariana, a Transparency International (TI) indicou o autoritarismo como um factor significativo para a criação de um ambiente de corrupção.

“Embora um grande número de países tenha adoptado princípios democráticos de governação, vários ainda são governados por líderes autoritários e semi-autoritários,” comunicou a TI. “Os regimes autocráticos, conflitos civis, instituições fracas e sistemas políticos não responsivos continuam a prejudicar os esforços de combate à corrupção.”

Embora a TI tenha concluído que os países com melhor desempenho — Botswana, Cabo Verde e Seicheles — tendem a ter democracias vibrantes e instituições fortes, os países com menor desempenho tinham outras características ligadas a conflitos e autoritarismo.

“Muitos países com desempenho fraco possuem várias semelhanças, incluindo poucos direitos políticos,

liberdade de imprensa limitada e um Estado de direito fraco,” comunicou a TI. “Nestes países, as leis, muitas vezes, não são aplicadas e as instituições possuem poucos recursos, com pouca habilidade de lidar com questões ligadas à corrupção. Para além disso, os conflitos internos e as estruturas de governação instáveis contribuem para as altas taxas de corrupção.”

ELEIÇÕES FRAUDULENTAS

Uma vantagem particularmente poderosa que o Homem Forte tem é que os sistemas eleitorais operam sob seu comando.

“Na prática, o presidente dita as regras, quebra-as e altera-as quando quer,” escreveu Houeland e Jacobs. “... Ele controla a contagem, vence as eleições e, na sequência, a polícia e o exército perseguem e intimidam a oposição, enquanto as campanhas do presidente continuam ininterruptas. Para além disso, igualar a vontade popular com a pessoa de presidente é fundamental. O presidente é sempre patriota e é apenas o presidente que está disposto e é capaz de fazer o que é necessário.”

Em cenários como estes, a presidência pode tornar-se um negócio de família, uma vez que não existe futuro ou ganho monetário fora da política. A acumulação de riquezas e as oportunidades de negócios estão ligadas ao controlo do Estado. Quando o Homem Forte termina o



Protestantes marcham próximo do palácio presidencial em Cartum, Sudão, no dia 12 de Setembro de 2019. A multidão exigia um novo chefe permanente do judiciário e Procurador-Geral depois da deposição do ditador Omar al-Bashir. AFP/GETTY IMAGES



Protestantes ficam em cima de uma estátua caída do Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, em 2017, em Harare. Mugabe foi presidente de 1987 a 2017. Os críticos afirmam que ele foi um ditador responsável por corrupção em grande escala, má gestão e crimes contra a humanidade. AFP/GETTY IMAGES



Um sinal levantado durante as manifestações populares na Tunísia, em 2011, contém, em parte, a inscrição “Democracia para a Tunísia.”

AFP/GETTY IMAGES

seu mandato, ele perde a capacidade de gerir os contratos ou obter uma parte dos lucros. Depois do período do exercício das suas funções, o antigo presidente e os seus aliados correm o risco de serem processados por desvio de fundos ou por violações de direitos humanos.

Existe uma percepção incorrecta de que muitas pessoas em países africanos valorizam mais o desenvolvimento em relação à democracia e estão dispostos a trocar os seus direitos políticos pelo governo de um Homem Forte que pode fazer com que as coisas aconteçam. Esta crença, de acordo com Cheeseman e o historiador Dr. Sishuwa Sishuwa demonstrou ser “durável apesar de ser errada.”

Socorrendo-se de dados do inquérito recolhidos entre 2016 e 2018, Cheeseman e Sishuwa concluíram que as “grandes maiorias”, em países africanos, pensam que a democracia é o melhor sistema político. O estudo concluiu que um apoio generalizado por uma forma de democracia consensual que “combina um forte compromisso com a responsabilização política e liberdades civis com uma preocupação pela unidade e estabilidade.”

“É tanto enganador como complacente sugerir que a democracia, de alguma forma, foi imposta pela comunidade internacional contra os desejos das pessoas simples,” escreveram os autores. “Em vez disso, exigiu-se e lutou-se por ela a partir de baixo.”

QUATRO CHAVES DA PREVENÇÃO

Cheeseman, um professor da Universidade de Birmingham, no Reino Unido, disse que existem quatro coisas fundamentais que um país deve ter para prevenir o governo do Homem Forte.

- Deve-se desenvolver instituições que possam ser autónomas do executivo. “Isso é difícil, mas pode ser feito,” disse à ADF via e-mail.
- A população deve ser educada. “O ensino primário gratuito tem sido um reforço para a democracia, mas aumentar a qualidade e a duração do ensino seria bom,” observou.
- É necessário ter uma classe média independente, que não depende dos empregos e contratos do governo. O país também deve ter centros de poder económico, como proprietários de empresas independentes que não estejam aliados ao partido no poder.
- Deve-se criar uma tradição de democracia. Quando as pessoas investem na sua democracia por causa da sua história partilhada e sacrifício, elas ficam mais inclinadas a permanecer vigilantes e protegê-la. “As democracias precisam de mitos de fundação, momentos em que as pessoas saem para protestar e forçar mudanças,” escreveu Cheeseman. □

Estados Unidos Doa Transporte de Pessoal à Missão da UA na Somália

DEFENCEWEB

A mobilidade das tropas da Missão de Transição da União Africana na Somália foi reforçada com 24 transportes blindados de pessoal adicionais, Puma M36, doados pelos Estados Unidos da América.

O contingente do Djibouti irá utilizar os veículos em operações militares conjuntas com o Exército Nacional da Somália em e ao redor de Beledweyne e outras zonas da região de Hiran, de acordo com um comunicado da missão.

Ao efectuar a entrega dos transportes na sede da missão, em Mogadíscio, o Embaixador dos EUA, Larry Andre, reiterou o apoio do seu governo para os esforços de trazer a paz e a estabilidade para a Somália e para a região do Corno de África como um todo.

“Uma expressão do nosso apoio, entre outros, é a doação destes veículos para ajudar a proteger as forças da União Africana, neste caso particular, o contingente do Exército do Djibouti, quando viajam pelas estradas que, em muitos casos, estarão minadas com dispositivos explosivos perigosos,” disse Andre.

“Sabemos que este equipamento irá fazer a diferença, aumentando a pressão contra o al-Shabaab,” acrescentou. “Isso alinha-se com o plano de transição da Somália, que irá registar um aumento na entrega de responsabilidades às forças de segurança da Somália.”

O Puma M36 classifica-se como um veículo médio protegido contra minas, de acordo com a revista Military Systems & Technology. Foi introduzido em 2012 e pesa 14 toneladas. Transporta uma tripulação de cerca de 12 membros. O seu casco, com formato monobloco em V, protege a tripulação contra minas, dispositivos explosivos improvisados (DEI) e tiros de metralhadora. Pode ser reconfigurado para acomodar equipamentos concebidos com fim específico, como prateleiras adicionais para rádios, módulos de comando e controlo e equipamento de ambulância.

Fiona Lortan, representante especial adjunta do Presidente da Comissão da União Africana, recebeu os veículos em nome da missão. Ela observou que a sua chegada vem numa altura em que a missão está a reconfigurar as suas tropas e equipamento.

Depois de algum tempo, o al-Shabaab atacou as tropas da União Africana e os soldados da Somália numa guerra assimétrica. Os combatentes colocam DEIs nas principais rotas de fornecimento e em outros locais. Os veículos doados irão melhorar a capacidade de resposta da missão contra os DEIs e irão ajudar a proteger civis, infra-estruturas de grande importância e locais sensíveis e irão ainda efectuar a entrega de suprimentos humanitários.



Transporte de pessoal blindado Puma M36

MARROCOS ADQUIRE EQUIPAMENTO DE COMANDO E CONTROLO

EQUIPA DA ADF

O Departamento do Estado dos EUA aprovou uma possível venda de equipamento de comando e controlo de terra para o Marrocos, por aproximadamente 141,1 milhões de dólares.

A proposta de venda irá melhorar a capacidade do Marrocos de enfrentar ameaças actuais e futuras, fornecendo inteligência, vigilância e reconhecimento atempados e reconhecimento e aquisição de alvos para a sua segurança e defesa, comunicou a Agência de Cooperação de Segurança e Defesa dos EUA.

“A capacidade é um obstáculo para as ameaças regionais e fortalece a sua autodefesa,” disse a agência. “Marrocos demonstrou um compromisso para modernizar o seu exército e não terá qualquer dificuldade em absorver estes artigos nas suas forças armadas.”



Terminal do Sistema de Distribuição de Informação Multifuncional e Sistema de Rádio Tático Conjunto

VIASAT

O governo marroquino solicitou a aquisição de seis Sistemas Multifuncionais de Distribuição de Informação e Sistemas de Rádio Tácticos Conjuntos. A aquisição irá incluir:

- Comunicações seguras adicionais, dispositivos criptográficos e equipamento de navegação de precisão.
- Programas informáticos não classificados e classificados, programas informáticos de apoio e equipamento de apoio.
- Peças de reposição e reparação.
- Equipamento de apoio e de testes.
- Publicações e documentações técnicas.
- Formação de pessoal e equipamento de treino.
- Serviços de apoio técnico e logístico e outros elementos relacionados de logística e de apoio ao programa.

Esta proposta de venda irá melhorar a segurança de um grande aliado, que não pertence à NATO e que continua a ser uma força importante para a estabilidade política e o progresso económico da África do Norte, observou a Agência de Cooperação de Segurança e Defesa dos EUA.

UGANDA ABRE FÁBRICA DE VEÍCULOS BLINDADOS

DEFENCEWEB

A empresa de produção de veículos blindados, Streit, abriu uma nova fábrica em Uganda, construída em parceria com a National Enterprise Corp. (NEC).

Unidade de produção de veículos blindados da Streit em construção no Uganda

NEC-STREIT

A NEC anunciou uma parceria com o Streit Group para o fabrico de veículos blindados em Nakosongola, na região central do Uganda, em finais de 2021. A nova empresa, NEC-Streit Uganda Ltd., foi dedicada um ano depois e irá fornecer uma variedade de soluções de segurança, incluindo através de transferência de tecnologia.

O parlamento criou a NEC em 1989 para servir como um braço comercial do Ministério da Defesa e da Força de Defesa Popular do Uganda (UPDF). Ela produz bens e serviços benéficos para as Forças de Defesa e para o público.

As autoridades do Uganda afirmam que, com a produção local, esperam não ter mais de depender da aquisição de veículos estrangeiros.

“É uma instalação fabril completa, não de apenas montagem,” disse o PCA da Streit, Guerman Goutorov. “Para todos os produtos que irá produzir, podemos dizer com orgulho: Fabricado no Uganda.” Acrescentou que os seus produtos irão ajudar a combater o terrorismo e a criminalidade.

O chefe da UPDF, General Wilson Mbadi, disse que as instalações iriam produzir veículos para o exército, a polícia, VIPs do Uganda e para as necessidades regionais.

“Ao construir uma indústria de defesa autoconfiante, somos capazes de garantir a segurança do Uganda e também apoiar a economia,” disse. “Isso irá também ajudar-nos a lidar com o problema da irracionalidade económica, consumindo aquilo que não produzimos e produzindo o que não consumimos.” Ele acrescentou que irá ajudar a UPDF a melhorar a sua potência, a capacidade de protecção e a eficiência operacional.

A Streit indicou que está disposta a oferecer outro equipamento ao Uganda, incluindo veículos aéreos não tripulados, barcos blindados e equipamento de comunicação. Goutorov disse que as pesquisas e o desenvolvimento da Streit serão partilhados com o Uganda.

Em Agosto de 2018, o Uganda inaugurou uma instalação de fabrico e montagem de veículos blindados em Maga. O seu primeiro produto foi o transportador de pessoal blindado, Nyoka, criado em colaboração com a Twiga Services and Logistics, da África do Sul, através da sua empresa irmã ugandesa, Impala Services and Logistics.

A variedade de produtos do Streit Group inclui transportados blindados de pessoal, camiões blindados para transferência de valores monetários, veículos de luxo e de segurança. A empresa possui 12 instalações de produção e 25 escritórios a nível global e já efectuou a entrega de mais de 15.000 veículos.



Especialistas Alertam: A Economia Azul Deve Ser Protegida de **ATAQUE CIBERNÉTICOS**

EQUIPA DA ADF

Os observadores estão a apelar para uma maior ênfase na cibersegurança para proteger o crescente sector marítimo de África.

O debate foi levantado num workshop organizado pela Universidade de Stellenbosch, pelo Instituto de Estudos de Segurança (ISS) e pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime.

No continente africano, cerca de 90% do comércio é realizado através do mar, e os portos e os navios continuam particularmente vulneráveis a ataques cibernéticos. Os painelistas afirmaram que o ataque de ransomware da Transnet, de 2021, que fez encerrar vários portos fundamentais da África do Sul, devia servir como um alerta para a ameaça.

“Somos dependentes de uma infra-estrutura marítima em bom funcionamento, que precisa de ser protegida, incluindo de ameaças cibernéticas,” disse Denys Reva, um investigador em assuntos marítimos, do ISS.

Os ataques cibernéticos contra navios e portos aumentaram, a nível global, de 50 em 2018 para mais de 500 em 2020, de acordo com Handy Shipping Guide. Os observadores acreditam que o verdadeiro número é muito mais elevado.

“Não conhecemos o verdadeiro âmbito do problema,” disse Reva. “Alguns relatórios sobre a cibersegurança sugerem centenas de milhares ou milhões de ataques.”

Espera-se que os ataques aumentem à medida que mais aspectos de envio de mercadorias e dos portos tornam-se digitalizados. Os navios modernos utilizam sistemas de visualização gráfica e de informação electrónicos, GPS e sistemas de motores e de controlo de carga remotos. Os portos estão a tornar-se livres do uso de papel e a tornar-se

automatizados para carregar e descarregar mercadoria, comunicou o defenceWeb.

Cinquenta e três ou cerca de 4% dos terminais de contentores do mundo estão totalmente automatizados. Este número está cada vez mais a aumentar.

Num discurso de 2021 sobre esta questão, Abdul-Hakeem Ajijola, presidente do Grupo de Especialistas da União Africana Sobre Cibersegurança, ofereceu melhores práticas para melhorar a cibersegurança a bordo de navios. Tais práticas são: certificar que os sistemas de comunicação por satélite estejam num endereço de IP privado; actualizar regularmente os softwares; alterar regularmente as palavras-chave; criar redes separadas para a ponte, a sala de máquinas, a tripulação e o comércio a bordo das embarcações; garantir que as portas USB estejam seguras; e utilizar encriptação em todas as outras redes Wi-Fi a bordo.

Ajijola também recomendou formações dos membros da tripulação em matérias de cibersegurança, medidas para garantir que os fornecedores de tecnologia sejam confiáveis e realização de auditorias de segurança nas embarcações e nos portos.

“Para criar confiança e combater prevaricações cibernéticas, é necessária uma colaboração global de vários actores, uma vez que um elo fraco pode potencialmente colocar em perigo cadeias de valor globais,” disse Ajijola, num discurso de 2021, para um webinar organizado pelo ISS. “É, por conseguinte, imperativo que a África, os seus países, as suas organizações e os seus povos não sejam o elo fraco.”

Um navio que transporta trigo proveniente da Ucrânia encontra-se atacado no Porto de Djibouti.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO VIA REUTERS

PAÍSES PROCURAM REFORÇAR A CAPACIDADE DO TRANSPORTE AÉREO PARA APOIAR A PAZ E A SEGURANÇA

FORÇAS AÉREAS DOS EUA NA EUROPA-FORÇAS
AÉREAS DA ÁFRICA

Os países estão a trabalhar para desenvolver um mecanismo de partilha de transporte aéreo (ATSM) para melhorar a capacidade de transporte aéreo de África, disseram os líderes, depois de participarem numa conferência que teve lugar no Botswana, co-organizada pelos Estados Unidos, em Agosto de 2022.

O objectivo do ATSM é ajudar a União Africana a oferecer apoio estratégico de transporte aéreo para coisas como evacuações médicas, acções humanitárias e ajuda em situações de calamidades naturais. O transporte aéreo seria oferecido através do Centro de Comando de Mobilidade Aérea de África, uma unidade de transporte aéreo multinacional que se encontra sob a autoridade da União Africana.

“O papel desta unidade Pan-Africana é fornecer mobilidade aérea em apoio a operações de paz e segurança e através do apoio de todos os países africanos que contribuem para esta unidade, quer através de pessoal ou de qualquer outro tipo de apoio logístico,” disse o Coronel da Força Aérea da Tunísia, Kais Sghaier, comandante da 11ª Unidade Aérea.

A conferência do ATSM foi a primeira do seu género a decorrer de forma presencial. As nove reuniões anteriores decorreram de forma virtual. Os participantes debateram questões como as qualificações necessárias para os futuros comandantes das unidades e os requisitos de pessoal.

“Temos de conseguir mecanismos para otimizar o uso dos recursos muito limitados que nos são disponibilizados, daí que a expectativa é que a partilha de recursos de transporte aéreo seja um dos temas principais desta conferência,” disse o Brigadeiro da Força de Defesa do Botswana, Collen Mastercee Maruping, comandante-adjunto interino do braço aéreo.

A UA depende, em grande medida, de parceiros externos e voos comerciais para movimentar pessoal e material para coisas como missões de manutenção da paz. O ATSM iria ajudar a empregar as capacidades de transporte aéreo dos Estados-membros para responder a essas necessidades.

“Eu penso que é sonho de todos os africanos ver uma aeronave africana com todas as bandeiras de África em sua cauda, voando pelo continente, fornecendo alívio e apoio aos africanos,” disse Sghaier.

Outras propostas para a localização do centro de comando e outras questões serão discutidas durante o 12º Simpósio Anual de Chefes das Forças Aéreas Africanas, agendado para 2023, no Senegal.

Duas aeronaves de transporte C-130 Hercules, na base aérea nigerina 101, em Niamey. FORÇA AÉREA DOS EUA



Togo Deverá Acolher Um CENTRO DE CIBERSEGURANÇA

EQUIPA DA ADF

Um novo centro de cibersegurança, no Togo, irá ajudar os governos a fazer a monitoria de ameaças, partilhar informação e colaborar para combater crimes cibernéticos. O governo togolês está a criar o Centro Africano de Coordenação e Pesquisa em Cibersegurança, em colaboração com a Comissão Económica da ONU para África.

“Pretendemos ser um centro digital significativo em África,” disse Cina Lawson, a Ministra da Economia Digital do Togo. “O nosso modelo de parceria com o sector privado é uma abordagem inovadora que queremos divulgar para inspirar outros países para um espaço cibernético mais seguro no continente.”

Togo é um dos poucos países que ratificaram a Declaração de Malabo, da União Africana, que obriga os países a cooperarem para melhorar a cibersegurança. Também foi o primeiro país a acolher a implementação de cabos de internet subaquáticos, da Google, que oferecem conectividade de alta velocidade.

Entre as missões do novo centro encontram-se:

- A criação de capacidade e apoio de agências da cibersegurança nos países africanos.
- A colaboração com os governos, legisladores, agências de aplicação da lei e especialistas de segurança para criar estruturas de avaliação de riscos e mitigação de ameaças.
- O fornecimento de capacidades técnicas e de pesquisa para promover a cibersegurança no continente.

Estima-se que os crimes cibernéticos lesem os países africanos em 4 bilhões de dólares por ano.

“A cibersegurança deve continuar a ser uma preocupação fundamental para os países africanos, tratando-se de um assunto de soberania nacional e prosperidade económica,” Presidente do Togo, Faure Gnassingbé, disse durante uma convenção sobre cibersegurança, em Março de 2022.

Cina Lawson, Ministra de Economia Digital do Togo, discursa no evento intitulado “O Futuro da Cooperação Digital.”

CINA LAWSON, TWITTER

Soldados nigerianos carregam armas recuperadas de bandidos, durante uma operação, no Estado de Plateau.

AFP/GETTY IMAGES



MÊS DE AMNISTIA

Oferece um Pequeno Passo em Direcção ao 'Silenciamento das Armas'

EQUIPA DA ADF

As autoridades da Libéria, Tanzânia e Togo trabalharam com oficiais das Nações Unidas durante o mês de Setembro de 2022, para tirar da circulação armas ilícitas de pequeno calibre e ligeiras.

O evento apoiou a iniciativa “Silenciar as Armas” da União Africana, que faz parte da Agenda 2063 da UA. Assinado em 2013, a agenda representa uma visão pan-africana de 50 anos, de uma “África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos, representando uma força dinâmica na arena internacional,” de acordo com a União Africana.

Mais de 40 milhões de armas estão em circulação em África, muitas delas sem licença, causando mais

de 500.000 mortes anualmente.

No dia um de Setembro, as autoridades togolesas destruíram mais de 2.000 armas ilícitas de vários calibres, que tinham sido capturadas naquele país.

“Tirar uma arma ilegal de circulação significa salvar vidas,” disse Anselme Yabouri, director do Centro Regional das Nações Unidas para a Paz e o Desarmamento em África.

O programa de amnistia de armas oferece uma oportunidade para um impacto mensurável — se for modesto. Durante o mês, civis podiam entregar armas ilegais de forma segura e anónima sem o receio de ser sujeito a uma acção judicial.

Em 2021, o Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (UNODA) apoiou a participação de Madagáscar, Níger e Uganda. Os esforços alastraram-se até Abril de 2022, quando 1.497 armas foram destruídas, num evento público, de acordo com Africa Renewal, uma publicação da ONU.

Ivor Richard Fung, director-adjunto do UNODA, a Agência de Armas Convencionais, disse à Africa Renewal, em 2020, que os civis detêm 85% de armas de pequeno calibre e ligeiras em todo o mundo.



Operação Boafó do Gana Resgata Cidadãos das Inundações

Membros do Regimento de Engenheiros 48 das Forças Armadas do Gana, direccionam as pessoas para locais seguros, próximo de Tetegu e New Weija, depois de terem sido sitiadas pelas inundações.



EQUIPA DA ADF | FOTOS DAS FORÇAS ARMADAS DO GANA

Quando as chuvas torrenciais obrigaram os operadores da Barragem de Weija, em Acra, Gana, a libertarem água em excesso, isso obrigou milhares de pessoas a ficarem deslocadas e deixou outras em perigo.

Em resposta, as Forças Armadas do Gana (GAF) entraram em acção, salvando mais de 100 pessoas, no dia 4 de Outubro de 2022. Em alguns casos, os soldados carregaram civis, atravessando águas que alcançavam o nível da cintura. Em outros casos, utilizaram pequenos barcos para transportar as pessoas. Esses esforços fazem parte da

Operação Boafó, que significa “auxiliador,” em língua Twi. A operação anual de busca e salvamento coincide com a época chuvosa.

“As Forças Armadas do Gana continuam a apoiar os cidadãos nestas situações de emergência, como parte do seu dever cívico de ajudar a mitigar a destruição de bens e perdas de vidas humanas,” escreveram as GAF, numa publicação do Facebook.

O Regimento de Engenheiros 48, do Exército do Gana, dirigiu o salvamento. Noutros eventos de salvamento, elementos da Marinha do Gana e da Força Aérea do Gana

ajudaram a Organização Nacional de Gestão de Desastres daquele país.

As inundações são uma ocorrência anual em muitas das zonas baixas do Gana. A primeira época chuvosa ocorre em Maio e Junho, com uma outra época em Setembro e Outubro. Os soldados das GAF são enviados para zonas propensas a inundações na região centro e sul do Gana, para ficarem por toda a época.

“Os nossos homens serão enviados até ao final da época chuvosa e estão prontamente disponíveis para resgatar as pessoas afectadas e oferecer o nosso apoio,” disse o Major Sena Affeanyi, no início da operação.

Nigéria Envia Um Recado aos Cartéis Com Apreensão Recorde de Drogas

REUTERS

As autoridades nigerianas apreenderam uma quantidade recorde de 1,8 toneladas de cocaína de um armazém, em Lagos, em Setembro de 2022. O valor estimado das drogas era de 278,5 milhões de dólares.

A Agência Nacional de Aplicação da Lei de Combate às Drogas (NDLEA) afirmou que as drogas, encontradas num armazém de uma propriedade residencial, tinham compradores na Europa e na Ásia. As autoridades apreenderam quatro cidadãos de nacionalidade nigeriana e um de nacionalidade jamaicana.

A África Ocidental é um centro importante de trânsito de cocaína produzida na América Latina e vendida na Europa. Em Abril de 2022, a polícia da Costa do Marfim apreendeu mais de 2 toneladas de cocaína, enquanto as autoridades do arquipélago insular de Cabo Verde apreenderam 9,5 toneladas de cocaína, em 2019.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime afirmou que as apreensões de cocaína, a nível global, alcançaram um recorde de 1.424 toneladas, em 2020.

A agência nigeriana afirmou que os indivíduos presos faziam parte de um circuito internacional de drogas que esteve a ser rastreado desde 2018, em coordenação com a Administração dos EUA para a Aplicação da Lei de Combate a Drogas.

O presidente da Agência Nacional de Aplicação da Lei de Combate às Drogas, Brigadeiro-General Mohamed Marwa, disse que a apreensão “é uma mensagem” para os cartéis de drogas. “O seu investimento no comércio ilícito de drogas entrará em chamas, conforme vocês estão para testemunhar, enquanto também eles correm o risco de perder a sua liberdade, porque a actual NDLEA está comprometida em apreender, processar e garantir a condenação de



As autoridades apresentam 1,8 toneladas de cocaína capturada de um armazém, em Lagos, Nigéria.

AGÊNCIA NACIONAL DE APLICAÇÃO DA LEI DE COMBATE A DROGAS

personas envolvidas no tráfico de drogas,” disse Marwa num comunicado.

Ele apelou os cidadãos nigerianos para ajudarem a exercer pressão sobre aqueles que traficam drogas. “Cada cidadão deverá cumprir o seu dever cívico, ajudando a agência a fazer a limpeza das nossas comunidades e cidades,” disse. “Juntos podemos tornar este país seguro.”



ONU Honra Soldado de Manutenção da Paz do Burquina Faso

NAÇÕES UNIDAS

Uma soldado de manutenção da paz, originária do Burquina Faso, que serve no Mali, foi homenageada pelo seu trabalho de reforçar a confiança entre as autoridades e as comunidades locais, incluindo sobreviventes da violência baseada no género.

A Subtenente Principal Alizeta Kabore Kinda recebeu o Prémio de Agente Policial Feminino do Ano, das Nações Unidas, de 2022. Foi criado em 2011 para reconhecer contribuições excepcionais de agentes da polícia do sexo feminino, nas operações da paz da ONU e para promover a emancipação da mulher.

Kinda foi enviada como ponto focal de género, na Missão da ONU no Mali, conhecida como MINUSMA.

Ela apoia as Forças de Segurança do Mali, na região de Ménaka, para promover uma melhor compreensão sobre o género, a protecção da criança, os direitos humanos e questões de protecção civil. Os seus esforços permitiram que mais vítimas de violência sexual e baseada no género saíssem do anonimato e comunicassem os seus casos às autoridades locais e recebessem atendimento médico. Agora são comunicados três ou mais casos por mês, tendo aumentado em comparação com nenhum antes da sua chegada.

Ela também se centrou em expandir o número de raparigas nas escolas e em reduzir casamentos prematuros.

“O trabalho da Subtenente Principal Kinda é um exemplo de destaque de como a participação da mulher polícia nas operações de paz causa um impacto directo na sustentabilidade da paz, ajudando a trazer perspectivas diferentes para a mesa e fazer com que o nosso trabalho seja mais inclusivo,”

Subtenente Principal Alizeta Kabore Kinda recebe o seu prémio de Agente Policial Feminino do Ano, das Nações Unidas, de 2022, entregue por Jean-Pierre Lacroix, subsecretário-geral da ONU para as operações de paz. FOTO DA ONU

disse Jean-Pierre Lacroix, subsecretário-geral da ONU para operações de paz. “Através das suas acções, ela incorpora um serviço de polícia mais representativo e eficiente que está equipado de melhor maneira para servir e proteger o público.”

Kinda expressou a esperança de que o seu prémio venha a inspirar mulheres e raparigas pelo mundo, para seguirem carreiras policiais “apesar dos estereótipos de género, muitas vezes, associados à profissão, de que os homens são os mais indicados para fazer cumprir as leis e proteger a população.”

A polícia da ONU melhora a paz e a segurança internacionais, prestando apoio a países anfitriões que se encontram em situações de conflito, pós-conflito e outras situações de crise. As mulheres correspondem aproximadamente a um quinto dos 10.000 agentes da polícia da ONU, que servem em 16 operações de paz pelo mundo.

Ao longo da sua carreira, Kinda centrou-se na protecção e promoção dos direitos das mulheres e das crianças, incluindo entre 2013 e 2015, quando ela era o ponto focal de género, na missão da ONU na República Democrática do Congo.

Ela realizou estas tarefas em Burquina Faso, no Ministério da Segurança e na Brigada Regional Para a Protecção da Mulher e Criança, uma unidade da polícia nacional, como uma investigadora da área de violência e exploração sexual.



Bloco Regional Envia Tropas Para a RDC

JENNA RUSSO, INTERNATIONAL PEACE INSTITUTE

A Comunidade da África Oriental (CAO) enviou tropas para um dos seus Estados-membros pela primeira vez, em Junho de 2022. O envio para a República Democrática do Congo (RDC) é um teste para a capacidade do órgão regional de responder a conflitos complexos.

Neste momento, o bloco regional já conta com algumas vitórias. No início de Dezembro de 2022, depois de conversações de paz em Nairobi, Quênia, 53 dos mais de 100 grupos armados que operam na RDC concordaram com um cessar-fogo.

A RDC, que se juntou à CAO em Abril de 2022, esteve encurralada em ciclos de violência por aproximadamente três décadas. Os motivos incluem intolerância étnica, exploração ilegal dos vastos recursos naturais daquele país e uma elite congoleza que se beneficia do caos.

A CAO também inclui Burundi, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda, estando a sua sede localizada em Arusha, Tanzânia.

A mais recente onda de conflitos vem depois do ressurgimento do grupo armado Movimento 23 de Março ou M23. Forças internacionais obrigaram que o grupo saísse do país em 2013. O seu ressurgimento levou a um aumento dos níveis de violência e de deslocados em massa.

O reaparecimento fez com que a CAO mobilizasse uma força regional que pode ser composta por até 12.000 tropas provenientes dos Estados-membros. A força opera sob o comando do Quênia, com um mandato renovável de seis meses, para apoiar as forças nacionais da RDC no sentido de conter, derrotar e erradicar as forças negativas na região instável do leste.

Esta é a segunda vez que actores regionais enviam uma força militar para conter uma insurgência do M23. Depois da revolta inicial do grupo armado, em 2013, a conferência internacional composta por 12 membros, da região dos Grandes Lagos, propôs uma brigada de intervenção. Foi eventualmente trazida no âmbito da missão de manutenção da paz, a Missão de Estabilização da ONU na República Democrática do Congo. Ela ficou conhecida como a Brigada da Força de Intervenção.

Major-General Jeff Nyagah, comandante da força da Comunidade da África Oriental (CAO) saúda soldados quenianos aquando da sua chegada, na sede da CAO, em Goma, República Democrática do Congo. AFP/GETTY IMAGES

Uganda Apela Para um Fundo Permanente de Manutenção da Paz

EQUIPA DA ADF

O Uganda apela para um financiamento estável e sustentável para as operações de apoio à paz da União Africana em qualquer lugar do continente.

“A paz, a segurança e a estabilidade constituem a estrutura global para um desenvolvimento inclusivo e sustentável e uma transformação socioeconómica de África,” disse o General Jeje Odongo, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uganda, conforme comunicado pelo Nile Post. “Contudo, sem uma forma sustentável e previsível de financiamento das operações de apoio à paz da União Africana, é provável que não sejamos capazes de preservar os ganhos feitos até agora.”

Ele proferiu um discurso na Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano, na Tunísia.

Durante 15 anos, o Uganda fez parte da Missão da UA na Somália. Aquele foi o primeiro país a enviar tropas para a missão. Em Abril de 2022, a UA formou a Missão de Transição da UA na Somália (ATMIS) como uma missão de transição e retirada das operações de manutenção da paz na Somália.

A ATMIS é composta por tropas de Burundi, Djibouti, Etiópia, Quênia e Uganda. O mandato da ATMIS irá terminar em 2024, com uma transição total das operações de segurança para as Forças Armadas Nacionais da Somália.

Odongo observou que o Conselho de Segurança das Nações Unidas é responsável pela manutenção da paz e segurança a nível internacional.

“Nós, por conseguinte, apoiamos o apelo por financiamento das operações de apoio à paz da União Africana, através do uso de contribuições afixadas pela ONU,” disse, conforme publicado pelo Post.

Ele disse que o financiamento para a manutenção da paz pode vir na forma de concessões ou “financiamento de concessões a longo prazo” com base nas necessidades específicas de um determinado país.

Soldados do Uganda, que servem na Missão da União Africana na Somália, patrulham o Oceano Índico, próximo de Mogadíscio, em 2017. REUTERS





FUZILEIROS NAVAIS DOS EUA

DOIS PAÍSES AFRICANOS JUNTAM-SE NUMA FORMAÇÃO NAVAL NO BRASIL

DEFENCEWEB

Os Camarões e a Namíbia representaram a África no Exercício Naval Multinacional UNITAS de 2022, no Brasil.

Eles juntaram-se às forças navais e marítimas de Belize, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, França, Guiana, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Coreia do Sul, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos da América e Uruguai na 63ª edição do UNITAS.

O NS Elephant, da Marinha da Namíbia, partiu de Walvis Bay, em finais de Agosto de 2022 para participar no exercício. A embarcação, com a sua tripulação composta por 120 membros, viajou 6.000 quilómetros para chegar ao seu destino. Os Camarões, por sua vez, contribuíram com os barcos de patrulha CNS Le Ntem e CNS La Sanaga.

A Namíbia e o Brasil gozam de laços de defesa próximos, com mais de 600 homens do pessoal naval da Namíbia tendo sido formados no Brasil ao longo dos anos. Janes comunicou que UNITAS 2022 marcou a terceira vez em que as Marinhas do Brasil e da Namíbia treinaram em conjunto em 2022.

O exercício contou com 20 navios de guerra e embarcações, um submarino e 21 aeronaves. Foi realizado, essencialmente, ao largo da costa do Rio de Janeiro, com cerca de 5.500 militares.

UNITAS, que em latim significa “unidade,” decorre anualmente desde 1960. O exercício treina forças para realizarem operações marítimas conjuntas através da execução de operações de combate anti-terrestre, anti-submarino, antiaéreo, anfíbio e guerra electrónica que melhoram a proficiência de guerra e aumentam a



Um helicóptero Mi-17 sobrevoa um navio de desembarque durante o exercício UNITAS 2022, no Brasil, como parte de um exercício marítimo multinacional anual. FUZILEIROS NAVAIS DOS EUA

interoperabilidade.

Embora o objectivo principal seja desenvolver e testar o comando e o controlo das forças no mar, também houve cenários que abordam a guerra electrónica, guerra antiaérea e defesa aérea, guerra anti-terrestre, exercícios com munições reais, interdição marítima, operações do litoral e operações com anfíbios.

A fase do mar inclui um cenário de múltiplas ameaças, de vários dias, que permitiu que os participantes trabalhassem juntos, melhorando ainda mais a prontidão para as crises do mundo real, que exigiriam uma resposta de uma força multinacional. Os eventos incluíram manobras tácticas de superfície, treino para lidar com tráfico de drogas ilegais, exercícios com munições reais, exercícios de guerra contra submarinos, exercícios de defesa aérea e operações de interdição marítima.



TANZÂNIA E QUÊNIA JUNTAM-SE À LUTA CONTRA O TERRORISMO

EQUIPA DA ADF

No interesse da segurança e investimentos, Quênia e Tanzânia alcançaram um acordo para fazer uma parceria na sua luta contra o terrorismo e o tráfico de seres humanos na sua fronteira partilhada.

“Concordamos em lutar contra o terrorismo, o tráfico de drogas e de seres humanos e o resto dos crimes transfronteiriços que estão a fazer da nossa região uma região não competitiva e a deixar-nos com uma má fama,” disse o Presidente do Quênia, William Ruto, de acordo com uma reportagem da Anadolu Agency. Ele falou durante uma conferência de imprensa, pouco depois de ter mantido conversações com a sua contraparte da Tanzânia, a Presidente Samia Suluhu Hassan.

Os dois países também têm planos para trabalhar em conjunto de outras formas. O jornal Star, do Quênia, comunicou que o Quênia pretende construir um gasoduto para gás natural que parte da principal cidade da Tanzânia, Dar es Salaam, para a cidade costeira do Quênia, Mombaça, e posteriormente para a sua capital, Nairobi. O plano é baixar as tarifas de energia, afirmou Ruto. O gasoduto de 600 quilómetros irá custar cerca de 1,1 bilhões de dólares. Os dois países concordaram em acelerar a construção do gasoduto.

Extremistas estiveram envolvidos em terrorismo, caça furtiva e tráfico ao longo da fronteira dos dois países. Os efeitos foram a perda da confiança dos investidores em sectores vitais dos dois países, incluindo o turismo e a exploração de gás nacional.

Ruto disse que os dois países irão partilhar recursos, incluindo informação e estratégias de defesa.

Nos últimos anos, as forças de segurança estiveram em alerta máximo nas fronteiras partilhadas para se protegerem de extremistas que regressam ao Quênia, vindos do conflito em Moçambique, e planificam ataques. Em Agosto de 2021, uma unidade especial da polícia do Quênia interceptou e prendeu dois suspeitos de terrorismo, em Mombaça, que tinham transportado armas atravessando a fronteira e estavam a planificar um ataque contra a cidade costeira, comunicou o jornal The Economist.

“Os agentes de segurança do Quênia encontram-se no seu posto na fronteira, para prevenir que os criminosos atravessassem, e estão a trabalhar com as suas contrapartes da vizinha Tanzânia em patrulhas conjuntas,” comunicou o jornal The Economist. “A Guarda Costeira do Quênia também está à procura de células terroristas que podem procurar regressar para o Quênia através do Oceano Índico.”

A Presidente da Tanzânia, Samia Suluhu Hassan, faz a inspecção da guarda de honra das Forças de Defesa do Quênia, em Maio de 2021. REUTERS

NAMÍBIA E BOTSWANA MELHORAM COOPERAÇÃO

EQUIPA DA ADF

A Namíbia e o Botswana estão a perspectivar uma nova era na cooperação e já criaram uma comissão para este fim.

A Comissão Binacional Botswana e Namíbia inaugural reuniu-se inicialmente em Gaborone, a capital do Botswana, em Setembro de 2022. Dias depois, os governos da Namíbia e do Botswana concordaram em abolir os requisitos de uso de passaportes para viagens entre os dois países. Agora, os cidadãos dos dois países irão utilizar bilhetes de identidade.

“Os nossos dois países não partilham apenas uma fronteira comum, mas também um povo e um património histórico comum,” disse o Presidente da Namíbia, Hage Geingob, conforme comunicou o The Namibian. “Existe uma relação simbiótica e interdependente ao longo das nossas fronteiras comuns.”



Presidente do Botswana, Mokgweetsi Masisi, à esquerda, e o Presidente da Namíbia, Hage Geingob, fortaleceram as relações entre os dois países. GABINETE DO PRESIDENTE DA NAMÍBIA

A comissão irá centrar-se numa variedade de questões de interesse mútuo, incluindo política e diplomacia, suas economias e assuntos de defesa e de segurança.

Os dois países, que partilham uma fronteira de 1.583 quilómetros, já possuem ligações económicas significativas. O Observatório da Complexidade Económica comunicou que, até 2020, as exportações da Namíbia para o Botswana estiveram avaliadas em cerca de 500 milhões de dólares. Estas exportações incluíram 300 milhões de dólares em diamantes, 131 milhões de dólares em petróleo refinado e 33 milhões de dólares em electricidade. Por sua vez, o News24 comunicou que as principais exportações do Botswana para a Namíbia compreendem diamantes, cabos isolados e carvão.

O Botswana e a Namíbia criaram as suas relações diplomáticas em 1990. Desde essa altura, os dois países tiveram as suas diferenças, incluindo uma disputa de vários anos sobre a posse de uma ilha que se encontra no centro do Rio Chobe.

Em 1997, durante uma seca prolongada, a Namíbia tentou limitar o acesso do Botswana ao Rio Okavango. E, em 2020, a Namíbia condenou a política de “atirar para matar” do Botswana contra os caçadores furtivos, quando os soldados do Botswana mataram suspeitos caçadores furtivos de origem namibiana.



O REINO DE BUGANDA

EQUIPA DA ADF

Os cinco reinos de Uganda remontam há centenas de anos e continuam a desempenhar um papel nas vidas da população dos dias actuais.

O maior e mais poderoso foi o reino de Buganda, que tem a sua génese no Século XIII, quando foi formado pelo povo Ganda.

Foi um dos vários pequenos principados ao longo da costa norte do Lago Vitória. Na altura, o kabaka ou rei, chegou a dominar a região. No Século XIX, Buganda era o reino mais extenso e mais poderoso na região, tendo conquistado territórios vizinhos, graças às suas frotas de poderosas canoas de guerra. O kabaka partilhou o seu poder, fazendo dos chefes conquistados os seus aliados.

O explorador Henry Morton Stanley visitou Buganda em 1875 e estimou que o reino tinha uma população de 2 milhões de habitantes. Ele observou que o kabaka comandava um exército de 125.000 tropas. Na capital de Buganda, Lubaga, Stanley encontrou uma cidade agitada, cheia de mensageiros que enviavam recados, chefes tribais que participavam em conselhos e estrangeiros que procuravam audiências com os governantes.

Depois de tentativas não sucedidas de permanecer independente dos britânicos, Buganda tornou-se o centro do protectorado de Uganda, em 1884. As autoridades britânicas atribuíram ao protectorado o nome Uganda, o termo swahili para Buganda.

Sob o governo britânico, muitos líderes do reino adquiriram o estatuto de administradores coloniais, e Buganda tornou-se um grande produtor de algodão e café.

O caminho de Uganda para a independência começou em Março de 1961, com eleições para determinar a governação própria. O Uganda ficou independente em Outubro de 1962, mas o conceito de um governo central forte não foi adoptado por todos. Alguns queriam uma federação mais informal, com os reinos locais ainda detendo poder. Buganda, o maior dos reinos insistiu em manter uma identidade política em separado.

A Constituição do Uganda concedeu o estatuto federal dentro do governo a quatro reinos tradicionais, incluindo



O rei de Buganda, Muwenda Mutebi II, casou-se com Sylvia Nagginda Luswata, em 1999. Foi o primeiro casamento real em Uganda depois de 50 anos. REUTERS

Buganda. Em 1963, o rei Mutesa II, de Buganda, foi eleito para o cargo, essencialmente cerimonial, de presidente.

Em 1966, o Primeiro-Ministro Milton Obote enviou tropas para atacar o palácio de Mutesa, tendo Mutesa fugido para a Grã-Bretanha. Obote suspendeu a Constituição e introduziu uma nova que abolia todos os reinos e estabelecia uma verdadeira presidência, a qual ele assumiu enquanto continuava a deter o título de Primeiro-Ministro.

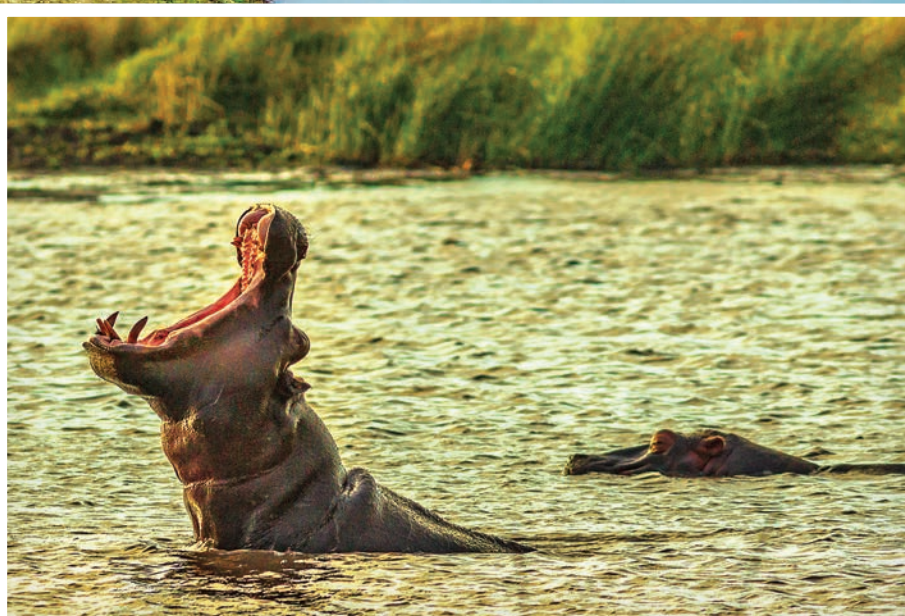
Os anos que se seguiram foram um tempo de insurreições e guerras civis, tendo terminado com a paz, em 1986. O reino de Buganda foi restaurado em 1993, mantendo o seu papel essencialmente cerimonial. Desde a restauração do reino, o kabaka é Muwenda Mutebi II, o 36º kabaka de Buganda.

Actualmente, os 14 milhões de habitantes do povo Baganda compõem cerca de 27% da população do Uganda. O reino de Buganda é formalmente conhecido como Uganda Central e inclui Kampala, a capital do país.

Embora o reino seja essencialmente cerimonial, ele possui diversos adereços. O kabaka dirige o seu reino através do seu katikkiro, ou Primeiro-Ministro executivo, que possui um governo composto de ministros. O Lukiiko é o parlamento, que trabalha com os administradores de 18 condados do reino. O kabaka exige que os líderes de clãs mantenham as tradições e a história do povo Baganda.

Estas tradições incluem a hospitalidade e a amizade.

“Buganda é a porta de entrada para o Uganda,” observa a página da internet oficial de Buganda. “Quando vier para ver a diversidade da sua beleza, terá a recepção da nossa famosa hospitalidade. Bem, talvez não haja um conjunto de dançarinos tradicionais para o receber no aeroporto, mas você terá a sensação de que eles estão lá.”



DICAS

- 1** O local possui corais, praias arenosas, dunas costeiras, sistemas de lagos, pantanais e caniços e ainda zonas pantanosas com papiros.
- 2** Fornece habitat a uma grande variedade de vida marinha, de zonas pantanosas e de savana que inclui mais de 6.500 espécies de plantas e animais.
- 3** Possui 220 quilômetros de linha de costa e cobre aproximadamente 240.000 hectares.
- 4** Ninguém vive nesta área, mas cerca de 100.000 pessoas de 48 grupos tribais vivem numa aldeia próxima do parque.

PARTILHE O SEU CONHECIMENTO

Deseja ser publicado?

A Africa Defense Forum (ADF) é uma revista militar profissional que serve como um fórum internacional para militares e especialistas de segurança em África.

A revista é publicada trimestralmente pelo Comando Africano dos Estados Unidos e aborda temas como estratégias de combate ao terrorismo, operações de defesa e segurança, crime transnacional e questões que afectam a paz, estabilidade, boa governação e prosperidade.

O fórum permite que haja um debate aprofundado e intercâmbio de ideias. Gostaríamos de ouvir a opinião de pessoas das nossas nações parceiras africanas que compreendem os interesses e os desafios do continente. Submeta um artigo para publicação na ADF e deixe a sua opinião ser ouvida.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA ADF

REQUISITOS EDITORIAIS

- A preferência é para artigos com aproximadamente 1.500 palavras.
- Os artigos podem ser editados para se ajustarem ao estilo e espaçamento, mas a ADF irá colaborar com o autor quanto às alterações finais.
- Inclua uma pequena biografia sua com informações de contacto.
- Se possível, inclua uma fotografia sua de alta resolução e imagens relacionadas ao seu artigo com legendas e informações sobre os créditos da foto.

DIREITOS Os autores mantêm todos os direitos sobre o seu material original. No entanto, reservamo-nos o direito de editar artigos para que estejam em conformidade com os padrões do AP e do espaço. A apresentação do artigo não garante a sua publicação. Ao contribuir para a ADF, o autor concorda com estes termos.

SUBMISSÕES

Envie todas as ideias de reportagens, conteúdos e dúvidas para a Equipa Editorial da ADF através do ADF.EDITOR@ADF-Magazine.com. Ou envie a sua correspondência para um dos seguintes endereços:



Headquarters, U.S. Africa Command
ATTN: J3/Africa Defense Forum Staff
Unit 29951
APO AE 09751 USA

Headquarters, U.S. Africa Command
ATTN: J3/Africa Defense Forum Staff
Kelley Kaserne
Geb 3315, Zimmer 53
Plieninger Strasse 289
70567 Stuttgart Germany



Está ansioso pela próxima edição?

Em ADF-Magazine.com, trazemos para si uma cobertura aprofundada de questões da actualidade que afectam a paz e a estabilidade todas as semanas. Confira a nossa página da internet e tenha as mesmas notícias fiáveis e credíveis sobre segurança, trazidas semanalmente, cobrindo todo o continente.



FIQUE LIGADO

Caso queira ficar ligado nas redes sociais, siga a ADF no Facebook, Twitter e Instagram ou pode juntar-se à nossa lista de e-mails, inscrevendo-se na nossa página da Internet, ADF-Magazine.com, ou enviando um email para News@ADF-Magazine.com.